
***China Construction
Bank (Brasil) Banco
Múltiplo S.A. e
empresas controladas***

***Demonstrações contábeis
consolidadas em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board (IASB)".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração da perda de crédito esperada

Conforme divulgado nas Notas 3(f) e 9, a estimativa da perda de crédito esperada, considerando os requerimentos do IFRS 9, envolve julgamento por parte da Administração. A determinação da perda de crédito esperada considera, dentre outros elementos, a existência de evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos que sejam significativos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos nos estágios previstos no IFRS 9. Esse processo envolve a utilização de várias premissas, considerando fatores internos e externos, tais como, qualidade do crédito, tamanho do portfólio, concentração e fatores econômicos.

Desta forma, essa área foi considerada como foco em nossa auditoria.

Realizamos a atualização do entendimento do processo desenvolvido pela Instituição para análise e avaliação do IFRS 9, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria, relacionados à aderência aos requisitos da referida norma.

Em relação à metodologia de perda esperada, aplicamos determinados procedimentos de auditoria relacionados à: (i) análise das políticas contábeis da administração em comparação com os requisitos do IFRS 9; (ii) entendimento e testes relacionados à mensuração da perda de crédito esperada que consideram base de dados, modelos e premissas adotadas pela administração; e (iii) testes dos modelos, incluindo o seu processo de aprovação e de validação de premissas adotadas para determinação das estimativas de perdas e de recuperação dos créditos.

Consideramos que as premissas e critérios utilizados pela administração na mensuração e registro da perda de crédito esperada requerida pelo IFRS 9, são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Créditos tributários

Conforme divulgado nas Notas 3(n) e 11(a), a Instituição possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, cujo registro é suportado por estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro.

Considerando que a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica que continua a ser definida como foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos consideraram a atualização do entendimento do processo de apuração e registro dos créditos tributários nos termos das normas fiscais e contábeis.

Com o auxílio de nossos especialistas, analisamos a consistência das premissas relevantes utilizadas no estudo de realização do crédito tributário com informações de projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável, bem como a metodologia utilizada para estimar os lucros tributáveis, e a coerência lógica e aritmética dos cálculos.

Discutimos com a Administração e confirmamos a aprovação do estudo técnico que suporta a realização dos créditos tributários pelos órgãos adequados da Administração.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como créditos tributários, consideramos que as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de tecnologia da informação

A Instituição é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações contábeis.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles gerais poderia ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações.

Dessa forma, o ambiente de tecnologia da informação continua a ser considerado uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do entendimento e teste do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados ou dependentes de tecnologia relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis.

Com o auxílio de nossos especialistas, os principais procedimentos executados envolveram testes de controles relacionados com a segurança da informação, atrelados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo gestão de acesso e segregação de função.

Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e os controles estabelecidos pela Administração apresentaram uma base razoável para suportar os principais processos de negócios que fornecem informações utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board (IASB)" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações



China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Fábio de Oliveira Araújo
Contador CRC 1SP241313/O-3



中国建设银行
China Construction Bank

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. “CCB Brasil” ou “Banco” submete à apreciação de V.S.as. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, juntamente com o relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressalvados de forma diferente, são demonstrados em bases consolidadas, abrangendo suas empresas controladas e em moeda corrente nacional (Reais - R\$). As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas com base no padrão internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Desempenho do Exercício de 2022

O exercício de 2022 refletiu positivamente as medidas adotadas pelo Banco no ano precedente, que tinham como objetivo elevar a qualidade dos ativos e, ao mesmo tempo, adequar a estrutura operacional do Banco para obter melhor eficiência da organização.

A exemplo dos últimos anos, o CCB Brasil mantém atuação estratégica orientada à manutenção da qualidade da carteira de crédito, sem deixar de apoiar nossos clientes. Desta forma, as diretrizes de desempenho para os clientes adotadas em 2021 foram seguidas ao longo do exercício de 2022, juntamente com o monitoramento intensivo da carteira de crédito.

Os índices consolidados de inadimplência compostos pela carteira de crédito classificada no estágio 3, continuam bem controlados, alcançando 1,7% em 2022, enquanto que em 2021 era de 2,6%.

Ao final do exercício de 2022, as operações de crédito alcançaram R\$ 10.168,7 milhões, decréscimo de 0,46% na comparação com o ano precedente de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, a Matriz representava 27,0% (23,8% em 2021) da captação total de R\$ 15.575,3 milhões. Vale salientar que a Matriz tem provido o CCB Brasil com funding adequado a manutenção da continuidade das suas atividades operacionais e aderente as condições das taxas de mercado. Com efeito, os recursos da Matriz, habitualmente disponibilizados por prazos de 360 dias, têm sido sistematicamente renovados.

A receita líquida com juros do período de 2022 alcançou R\$ 376,2 milhões, aumento ante o resultado obtido em igual período de 2021, R\$ 361,9 milhões.

O prejuízo líquido do exercício de 2022 foi de R\$ 32,5 milhões (2021 – prejuízo R\$ 64,1 milhões).

Ao término do exercício de 2022, o patrimônio líquido alcançou R\$ 1.010,4 milhões e o índice de Basileia era de 15,87%.

Recursos Humanos e Pontos de Atendimentos

O Banco encerrou 2022 com 332 funcionários e nove pontos de atendimento.



中国建设银行
China Construction Bank

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Considerações finais

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 27 de março de 2023).

Balanço Patrimonial Consolidado
 Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil		56.105	352.857
Títulos e Valores Mobiliários	5.b	4.510.349	4.056.353
Ao custo amortizado		104.648	91.583
Ao valor justo de outros resultados abrangentes		4.405.701	3.964.770
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	109.322	114.668
Outros Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		12.213.870	11.933.243
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	7	2.234.094	1.927.057
Empréstimos e adiantamentos a clientes	8	10.168.698	10.215.240
Outros empréstimos e recebíveis		16.358	15.406
Outros ativos financeiros		13.378	47.391
Perda de crédito esperada	9	(218.658)	(271.851)
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	10	83.584	97.551
Investimentos		-	22
Ativo Tangível		23.357	46.657
Ativo Intangível		1.390	1.141
Créditos Tributários		965.789	1.021.104
Impostos a compensar		28.777	19.603
Crédito tributário	11.a	639.495	703.532
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	11.b	297.517	297.969
Outros Ativos	12	68.464	60.767
Total do Ativo		18.032.230	17.684.363

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Balanço Patrimonial Consolidado
 Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)
(continuação)

PASSIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	49.406	121.793
Passivo Financeiro ao Custo Amortizado		15.575.316	15.230.493
Instrumentos de capital	13	887.009	948.685
Depósitos de instituições financeiras	14	4.630.829	3.657.313
Depósitos de clientes	15	4.289.996	5.277.713
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	16	1.109.490	544.637
Obrigações de empréstimos e repasses	17	4.657.992	4.802.145
Provisões	18	1.142.204	1.100.946
Obrigações Fiscais		37.535	32.226
Impostos correntes		37.535	32.226
Outras Obrigações	21	217.349	157.382
Total do Passivo		17.021.810	16.642.840
Patrimônio Líquido			
Capital social	22.a	2.956.864	2.956.864
Ações em tesouraria	22.b	(55.105)	(55.105)
Prejuízos acumulados		(1.892.192)	(1.859.654)
Reservas de capital		899	899
Outros resultados abrangentes		(46)	(1.481)
Total do Patrimônio Líquido		1.010.420	1.041.523
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		18.032.230	17.684.363

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

**Demonstração Consolidada do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)**

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receitas com juros e similares	24.a	1.700.952	961.243
Despesas com juros e similares	24.a	(1.320.429)	(493.315)
Resultado Líquido com Juros e Similares		380.523	467.928
Diferenças cambiais (líquidas)	24.b	29.061	2.328
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	25	(33.406)	(108.322)
Receita Líquida com Juros		376.178	361.934
Resultado de equivalência patrimonial		(2.261)	(519)
Receita de tarifas e comissões	26	44.283	44.875
Outras receitas (despesas) operacionais	27	(52.345)	(86.959)
Total de Receitas		365.855	319.331
Despesas de pessoal	28	(174.899)	(173.015)
Outras despesas administrativas	29	(71.928)	(79.008)
Despesas tributárias	30	(37.603)	(30.703)
Depreciação e amortização		(11.056)	(19.170)
Perdas com redução no valor recuperável de ativos financeiros	9	(31.329)	(80.505)
Ganhos (perda) com outros ativos (líquidas)	31	13.204	20.404
Resultado Antes da Tributação		52.244	(42.666)
Impostos sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos	11.c	(84.782)	(21.473)
Prejuízo dos exercícios		(32.538)	(64.139)
Quantidade de ações (mil)		459.233	459.233
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$		(0,07)	(0,14)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo dos exercícios	<u>(32.538)</u>	<u>(64.139)</u>
Outros Resultados Abrangentes que serão Reclassificados		
Subsequentemente para Lucro Líquido	<u>1.435</u>	<u>3.086</u>
Ganhos com ativos/passivos ao valor justo de outros resultados	2.609	5.611
Encargos Fiscais sobre ativos/passivos ao valor justo de outros resultados	(1.174)	(2.525)
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados subsequentemente para o prejuízo	-	(47)
Resultado Abrangente dos exercícios	<u>(31.103)</u>	<u>(61.100)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

<u>Reservas de capital</u>						
	Capital Social	Ações em tesouraria	Ágio na subscrição de ações	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021	2.956.864	(55.105)	899	(4.520)	(1.795.515)	1.102.623
Valor justo de outros resultados abrangentes	-	-	-	3.086	-	3.086
Passivo a valor justo (Risco de Crédito)	-	-	-	(47)	-	(47)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(64.139)	(64.139)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.956.864	(55.105)	899	(1.481)	(1.859.654)	1.041.523
Mutações do exercício	-	-	-	3.039	(54.139)	(61.100)
Saldos em 01 de janeiro de 2022	2.956.864	(55.105)	899	(1.481)	(1.859.654)	1.041.523
Valor justo de outros resultados abrangentes	-	-	-	1.435	-	1.435
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(32.538)	(32.538)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.956.864	(55.105)	899	(46)	(1.892.192)	1.010.420
Mutações do exercício	-	-	-	1.435	(32.538)	(31.103)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo dos exercícios		(32.538)	(64.139)
Ajustes ao Resultado		101.230	119.459
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	9	31.329	80.505
Atualização de depósitos em garantias	27	(27.686)	(8.511)
Provisão para passivos contingentes	19.a	64.377	61.961
Outras provisões operacionais		(5.293)	10.077
Depreciação e amortização		11.056	19.170
Créditos tributários e passivos fiscais diferidos	11	63.315	19.262
Resultado de participações societárias		2.261	519
Perda na venda de tangível	31	146	-
(Ganho) na venda de ativos disponíveis para venda	10	(10.907)	(29.893)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		(28.355)	(33.631)
Baixa de bens por inutilização	31	987	-
Lucro Ajustado		68.692	55.320
(Aumento) redução de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras		(23.773)	9.367
(Aumento) de ativos financeiros a custo amortizado		(13.065)	(7.909)
(Aumento) redução de ativos financeiros a valor justo de outros resultados abrangentes		(438.322)	839.265
(Redução) aumento de derivativos		(67.041)	19.878
(Aumento) de empréstimos e adiantamentos a clientes		(37.980)	(565.973)
(Aumento) redução de outros empréstimos e recebíveis		(952)	13.479
Redução de outros ativos financeiros		61.699	17.842
(Aumento) de ativos mantidos para venda		(335)	(1.228)
(Aumento) redução de outros ativos		(478.248)	23.509
Aumento (redução) de depósitos de instituições financeiras		973.516	(90.752)
(Redução) de depósitos de clientes		(987.717)	(424.681)
Aumento (redução) de obrigações por títulos e valores mobiliários		564.853	(148.562)
Aumento (redução) de outras obrigações		78.739	(54.493)
Impostos de renda e contribuição social pagos		(13.463)	(3.959)
Pagamento de juros		(98.706)	(55.945)
Pagamento de contingências	19.a	(24.520)	(47.810)
Recebimento de juros		458.191	461.782
Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais		21.568	39.130
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Alienação de ativos não financeiros mantidos para venda	10	30.674	80.305
Alienação de imobilizado de uso		14.229	44.645
Aplicação no intangível		(2.138)	(1.292)
Alienação de investimentos		205	-
Caixa Líquido Originado em Atividades de Investimentos		42.970	123.658
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		9.437.206	13.154.140
(Redução) aumento em instrumento de dívida elegíveis a capital	13	(61.676)	55.741
Pagamento de empréstimos		(9.482.653)	(12.609.004)
Caixa Líquido (Utilizado) Originado em Atividades de Financiamento		(107.123)	600.877
(Redução) Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		(42.585)	763.665
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1.848.214	1.050.918
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa		28.355	33.631
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	1.833.984	1.848.214
(Redução) Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		(42.585)	763.665

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., (“CCB Brasil” e/ou “Companhia”), sediado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, No. 4.440, São Paulo - SP, Brasil, é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pelo CCB Brazil Financial Holding – Investimentos Participações Ltda., empresa integrante do grupo China Construction Bank Corporation, sediado na República Popular da China, autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e de câmbio.

Por meio de empresas controladas o Banco atua em todo o território nacional nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, distribuição de títulos e valores mobiliários e administração de cartões de crédito.

Tendo em vista um melhor direcionamento estratégico, encontra-se em processo de estudo e implementação medidas de reposicionamento das operações do Conglomerado CCB. Até o momento não ocorreram ações que requeiram qualquer ajuste nas demonstrações contábeis.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pela International Accounting Standard Board (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações do IFRS (atual denominação do IFRIC) os quais evidenciam todas as informações relevantes.

Base para consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão especificadas abaixo:

Denominação social	País de origem	Método de Consolidação	Participação	2022
<u>Subsidiárias diretas no País</u>				
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	Brasil	Integral	100%	
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Brasil	Integral	100%	
CCB Brasil Informática S.A.	Brasil	Integral	100%	
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	Brasil	Integral	100%	
CCB Brasil S.A. – Crédito, Financiamentos e Investimentos	Brasil	Integral	100%	
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	Integral	100%	
CCB Brasil Cobrança Ltda.	Brasil	Integral	100%	

As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2023.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis individuais de cada entidade estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações contábeis, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em Real, moeda funcional do CCB Brasil e moeda de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio à vista no final do exercício.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, que sejam prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 03 meses e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

c) Classificações dos instrumentos financeiros

i. Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o CCB Brasil se torna uma parte integrante na relação contratual do instrumento. Isso inclui: compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

ii. Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.

iii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

O CCB Brasil classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- Custo Amortizado;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;
- Valor Justo por meio do Resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem de:

- O modelo de negócios no qual são administrados;
- As características de seus fluxos de caixa (Solely Payment of Principal and Interest Test – SPPI Test).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Modelo de negócios: representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, o Banco considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Se os fluxos de caixa são realizados de forma diferente das expectativas do CCB Brasil, a classificação dos ativos financeiros remanescentes mantidos nesse modelo de negócios não é alterada.

Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do SPPI Test.

SPPI Test: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Baseado nestes fatores, o Banco aplica os seguintes critérios para cada categoria de classificação:

- Custo Amortizado
 - Ativos administrados para obter fluxos de caixas contratuais apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI Test);
 - Inicialmente reconhecidos a valor justo mais custos de transação;
 - Subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva;
 - Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica “Receita com Juros e Similares”.
- Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
 - Ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa contratuais apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI Test), quanto para a venda;
 - Inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo mais custos de transação;
 - Os ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, na rubrica “Outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido”.
- Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo
 - Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores; ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado para reduzir “descasamentos contábeis”;
 - Inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo;
 - Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado;
 - Os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)”.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

d) Mensuração dos ativos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

- **Técnicas de avaliação de valor justo**

Os métodos adotados pelo CCB Brasil para a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros seguem três diferentes níveis, conforme segue:

- Nível 1: Utiliza como referência cotações públicas e preços disponíveis em mercado ativo. Estão incluídos nesse nível, substancialmente, os títulos de emissão do tesouro nacional, títulos de emissão privada com mercado secundário “ativo”, e os instrumentos de patrimônio (ações) de outras entidades.

- Nível 2: Na ausência de cotações públicas, o CCB Brasil, através de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado para negociação do instrumento. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis. Os instrumentos financeiros derivativos, cuja mensuração está atrelada à construção de curvas por meio da utilização de taxas divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão estão alocados neste nível além das emissões no exterior com preços disponíveis no mercado secundário.

- Nível 3: Caso também não existam disponíveis dados baseados em parâmetros de mercado observáveis, a Administração se utiliza de informações internas e modelos internos para a apuração do melhor valor justo dos ativos e passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2022 não havia instrumentos financeiros enquadrados nesse nível.

Não houve reclassificações entre o nível 1 e o nível 2 nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	31/12/2022			31/12/2021		
	Cotações publicadas de preço em mercados ativos (Nível 1)	Modelos internos (Nível 2)	Total	Cotações publicadas de preço em mercados ativos (Nível 1)	Modelos internos (Nível 2)	Total
Títulos e valores mobiliários ao valor justo de outros resultados abrangentes (nota 5)	4.405.701	-	4.405.701	3.964.770	-	3.964.770
Instrumentos financeiros derivativos - ativos (nota 6)	26.332	82.990	109.322	68.438	46.230	114.668
Instrumentos financeiros derivativos - passivos (nota 6)	18.907	30.499	49.406	83.910	37.883	121.793

As principais técnicas usadas pelos modelos internos (nível 2) do CCB Brasil para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros detalhados na tabela a seguir são as seguintes:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Valores justos calculados utilizando-se modelos internos		Técnicas de avaliação	Principais premissas
	31/12/2022	31/12/2021		
Derivativos Ativos	82.990	46.230		
Contratos de swap	80.869	25.723	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Operações a termo	2.121	20.507	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis e liquidez (taxas de câmbio e juros)
Derivativos Passivos	30.499	37.883		
Contratos de swap	11.618	31.059	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Operações a termo	18.881	6.824	Modelo Black-Scholes	Dados de mercado observáveis e liquidez (taxas de câmbio e juros)

e) Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

O quadro abaixo tem como propósito demonstrar o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo nas demonstrações contábeis.

	31/12/2022			
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2
				Nível 3
Títulos e Valores Mobiliários				
A custo amortizado (nota 5)	104.648	104.648	-	104.648
Outros Ativos Financeiros a Custo Amortizado				
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras (nota 7)	2.234.094	2.234.094	-	2.234.094
Empréstimos e adiantamentos a clientes (notas 8 e 9)	9.950.462	9.982.875	-	9.982.875
Outros	29.736	29.736	-	29.736
Passivos Financeiros a Custo Amortizado				
Instrumentos de capital (nota 13)	887.009	804.863	-	804.863
Depósitos de instituições financeiras (nota 14)	4.630.829	4.654.639	-	4.654.639
Depósitos de clientes (nota 15)	4.289.996	4.102.810	-	4.102.810
Obrigações por títulos e valores mobiliários (nota 16)	1.109.490	837.551	-	837.551
Obrigações de empréstimos (nota 17)	4.657.992	4.850.913	-	4.850.913

	31/12/2021			
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2
				Nível 3
Títulos e Valores Mobiliários				
A custo amortizado (nota 5)	91.583	91.583	-	91.583
Outros Ativos Financeiros a Custo Amortizado				
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras (nota 7)	1.927.057	1.927.057	-	1.927.057
Empréstimos e adiantamentos a clientes (notas 8 e 9)	9.943.658	9.968.153	-	9.968.153
Outros instrumentos financeiros	62.797	62.797	-	62.797
Passivos Financeiros a Custo Amortizado				
Instrumentos de capital (nota 13)	948.685	918.385	-	918.385
Depósitos de instituições financeiras (nota 14)	3.657.313	3.657.313	-	3.657.313
Depósitos de clientes (nota 15)	5.277.713	5.278.776	-	5.278.776
Obrigações por títulos e valores mobiliários (nota 16)	544.637	545.484	-	545.484
Obrigações de empréstimos (nota 17)	4.802.145	4.882.255	-	4.882.255

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

f) Perda de crédito esperada

O Banco avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é feito mensalmente em contrapartida à Demonstração Consolidada do Resultado.

No caso de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o Banco reconhece a provisão para perdas na Demonstração Consolidada do Resultado em contrapartida ao Resultado, sem efeito no valor contábil bruto do ativo financeiro.

A cada período reportado, o Banco avalia se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente por meio de informações razoáveis e sustentáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço indevido, incluindo informações qualitativas, quantitativas e prospectivas. As informações prospectivas são baseadas em cenários macroeconômicos que são reavaliados mensalmente ou quando condições de mercado exigirem.

O Banco aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos do governo brasileiro, conforme estudo efetuado pelo Banco.

O Banco avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual ou coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte dentre outros fatores relevantes.

g) Baixa de ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros, ou parte deles, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de receber o fluxo de caixa dos ativos expirarem, ou quando forem transferidos e o Grupo transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, ou quando forem transferidos e o Grupo não transfere e nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de participações.

O consolidado efetua transações onde retém os direitos contratuais de receber o fluxo de caixa dos ativos, mas assume uma obrigação contratual de pagar esses fluxos de caixa a outras entidades e transfere substancialmente todos os riscos e benefícios. Essas transações são contabilizadas como transferências 'repassadas' que resultam em desreconhecimento se o grupo:

- (i) Não tem obrigação de efetuar pagamentos, a menos que receba valores equivalentes dos ativos;
- (ii) É proibido vender ou oferecer os ativos; e
- (iii) Tem a obrigação de remeter todo o dinheiro que arrecada dos ativos sem atraso material.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

h) Apresentação líquida de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros e suas respectivas receitas e despesas relacionadas, são apresentados líquidos nas demonstrações contábeis se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Ativos não financeiros mantidos para venda

Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (“Operações descontinuadas”), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das informações financeiras. São mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria.

Perdas por não-recuperação com um ativo ou grupo de alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidas em “Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidos)” na Demonstração Consolidada do Resultado. Ganhos com um ativo não circulante destinado à venda decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado até o valor equivalente às perdas por não-recuperação previamente reconhecidas.

j) Hedge de Valor Justo

Para essas operações são aplicadas as seguintes práticas:

- a) O ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de hedge pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b) O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco designado deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido e os critérios de hedge contábil não forem mais atendidos ou caso a designação seja revogada deve-se descontinuar prospectivamente o hedge contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

O Banco não possui hedge accounting de fluxo de caixa.

k) Contabilização de leasings

Leasings financeiros são operações de crédito que transferem ao arrendatário substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do ativo arrendado.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendadoras de um ativo, a soma do valor presente dos pagamentos a serem recebidos do arrendatário em relação ao leasing mais o valor residual garantido - que, de modo geral, é o preço de exercício da opção de compra do arrendatário ao final do prazo do leasing - é reconhecida como empréstimo a terceiros e, portanto, incluída na rubrica “Empréstimos e adiantamentos a clientes” no Balanço Patrimonial Consolidado.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

I) Provisões, ativos e passivos contingentes

Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes são avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com a IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. O CCB Brasil não possui ativos contingentes de êxito provável.

Provisões: são reconhecidas contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa (nota 19).

Passivos contingentes: o termo “contingente” é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. O termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações legais: estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

m) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo CCB Brasil para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros e similares

Receitas e despesas com juros e similares são reconhecidas pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

ii. Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de comissões são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando pagas.
- Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços.
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução do serviço.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

iii. Receitas e despesas não financeiras
São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

n) Ativos e obrigações fiscais;

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e de 20% sobre lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social. A partir de agosto de 2022, de acordo com a Lei nº 14.446/22, a contribuição social passou a ser de 21% até 31 de dezembro de 2022.

De julho a dezembro de 2021, de acordo com a Lei nº 14.183/2021, a contribuição social das instituições financeiras foi majorada em 5% até 31 de dezembro de 2021.

O estoque de créditos tributários e de passivo fiscal diferido registrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram calculados considerando a alíquota vigente na data de sua realização.

IFRIC 23

O CCB Brasil efetuou análises sobre os procedimentos adotados para contabilização e apresentação dos Impostos sobre o Lucro em relação ao conteúdo da IFRIC 23, cuja conclusão é de não haver impactos nas divulgações dos períodos apresentados.

o) Estimativas contábeis críticas

Os resultados consolidados e a determinação do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do CCB Brasil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas. Todas as estimativas e premissas, as quais estão destacadas abaixo, aplicadas pela administração em conformidade com o IFRS são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável, no momento de sua aplicação.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem estimativas e premissas, como a avaliação do valor justo de ativos e passivos financeiros, mensuração do valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros e o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos. Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

i. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;

O “valor justo” de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser adquirido ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (“preço cotado” ou “preço de mercado”).

Caso não haja um preço de mercado disponível para um instrumento financeiro, seu valor justo será estimado com base no preço estabelecido em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares e, na ausência destes, com base em técnicas de avaliação normalmente usadas pelo mercado financeiro considerando, quando aplicável, dados observáveis no mercado.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Além do método de desconto ao valor presente para avaliação de instrumentos financeiros (método aplicável principalmente para instrumentos de dívida, swaps e operações a termo); onde os fluxos de caixa futuros esperados são descontados ao valor presente utilizando-se as curvas calculadas com base em dados observáveis de mercado (PU Anbima, DIs e DDIs Futuros etc.).

ii. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros;

O CCB Brasil reconhece as perdas inerentes a ativos financeiros não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação.

iii. Provisões, Contingências e Outros Compromissos;

O CCB Brasil revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica “Provisões”.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na nota explicativa nº 19.

A análise de sensibilidade é detalhada na nota explicativa nº 33 - “Estrutura de gerenciamento de risco e capital”.

iv. Provisão para garantias prestadas.

A metodologia para o cálculo das provisões em operações de fiança se baseia na probabilidade de desembolso para honrar as garantias prestadas, calculada através de modelo desenvolvido pela instituição com informações e critérios verificáveis.

Adicionalmente, discussões judiciais relacionadas a fianças cuja probabilidade de desembolso é considerada provável pelos consultores jurídicos da instituição estão incluídas nesta provisão.

A análise de sensibilidade é detalhada na nota explicativa nº 33 - “Estrutura de gerenciamento de risco e capital”.

p) Participação societária

As participações societárias são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

q) Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado através da divisão do resultado atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o período, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

O resultado por ação diluído é calculado de forma similar ao resultado básico por ação, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão das ações potencialmente diluvieis no denominador.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	50.727	348.220
Aplicações no mercado aberto	1.500.239	1.499.994
Aplicações em moedas estrangeiras	283.018	-
Total	1.833.984	1.848.214
Moeda:		
Real	1.495.098	1.492.959
Moeda estrangeira	338.886	355.255
Total	1.833.984	1.848.214

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Política de atuação

Os títulos e valores mobiliários são avaliados, quanto à sua destinação, por ocasião das aquisições e a carteira formada é avaliada anualmente.

b) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria de mensuração

	31/12/2022						
	Até 90 dias	91 a 360 dias	Total Circulante	Não circulante	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado
Ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Estágio 1)	719.487	315.562	1.035.049	3.370.652	4.405.701	4.405.784	4.405.701
Carteira própria (*)	111.268	115.458	226.726	908.492	1.135.218	1.135.124	1.135.218
Letras Financeiras Tesouro	111.268	115.458	226.726	908.492	1.135.218	1.135.124	1.135.218
Vinculados a operações compromissadas	608.219	200.104	808.323	2.378.208	3.186.531	3.186.729	3.186.531
Letras Financeiras Tesouro	608.219	200.104	808.323	2.378.208	3.186.531	3.186.729	3.186.531
Vinculados a prestação de garantias (**)	-	-	-	83.952	83.952	83.931	83.952
Letras Financeiras Tesouro	-	-	-	83.952	83.952	83.931	83.952
Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (Estágio 1)	-	-	-	104.648	104.648	104.648	104.648
Carteira própria	-	-	-	104.648	104.648	104.648	104.648
Cotas – FIDC	-	-	-	104.648	104.648	104.648	104.648
Total	719.487	315.562	1.035.049	3.475.300	4.510.349	4.510.432	4.510.349

(*) Distribuição de prazos efetuada com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

(**) O saldo contábil inclui R\$ 82.569 referente à margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos, R\$ 752 referente a processos judiciais e R\$ 631 referente a outras garantias.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

	31/12/2021						
	Até 90 dias	91 a 360 dias	Total Circulante	Não circulante	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado
Ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Estágio 1)	633.462	1.189.617	1.823.079	2.141.691	3.964.770	3.967.462	3.964.770
Carteira própria (*)	50.666	15.732	66.398	241.447	307.845	308.200	307.845
Letras Financeiras Tesouro	50.666	15.732	66.398	241.447	307.845	308.200	307.845
Vinculados a operações compromissadas	356.738	1.071.050	1.427.788	1.806.565	3.234.353	3.236.525	3.234.353
Letras Financeiras Tesouro	356.738	1.071.050	1.427.788	1.806.565	3.234.353	3.236.525	3.234.353
Vinculados a prestação de garantias (**)	226.058	102.835	328.893	93.679	422.572	422.737	422.572
Letras Financeiras Tesouro	226.058	102.835	328.893	93.679	422.572	422.737	422.572
Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (Estágio 1)	-	-	-	91.583	91.583	91.583	91.583
Carteira própria	-	-	-	91.583	91.583	91.583	91.583
Cotas – FIDC	-	-	-	91.583	91.583	91.583	91.583
Total	633.462	1.189.617	1.823.079	2.233.274	4.056.353	4.059.045	4.056.353

(*) Distribuição de prazos efetuada com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

(**) O saldo contábil inclui R\$ 421.438 referente à margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos, R\$ 651 referente a processos judiciais e R\$ 483 referente a outras garantias.

Moeda	31/12/2022		31/12/2021	
	Real			
	4.510.349		4.056.353	

Os títulos e valores mobiliários são referenciados em reais nas datas base apresentadas.

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do BACEN e as cotas de FIDC são custodiadas nas instituições custodianas nomeadas pelo Administrador do Fundo.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços unitários divulgados pela ANBIMA na data de balanço e o das cotas do Fundo de investimento pelo valor da cota na data do balanço divulgado pelo Administrador do Fundo.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Política de utilização

Em função da Regra de *Paul Volcker*, aplicável ao Grupo CCB globalmente, as operações da carteira *trading* do CCB Brasil estão restritas às operações de derivativos com clientes e devem sempre ter *hedge*. Durante o exercício vigente e com o objetivo de mitigar o risco de mercado que é oriundo dos descasamentos entre os ativos e passivos do Conglomerado, o CCB Brasil realizou a negociação de derivativos tradicionais e não complexos (*plain vanilla*) visando sobretudo atender à necessidade de clientes, sempre com respectivos hedges, como também utilizou deste instrumento para proteção de exposição a taxas de juros da carteira banking.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

b) Proteção das Exposições Cambiais

O CCB Brasil efetua operações de Swap, NDF (termo de moeda) e Mercado Futuro para fins de hedge de obrigações com títulos emitidos no exterior e de *funding* em moeda estrangeira recebido. Com isto, há a possibilidade de se proteger do risco de variação da moeda e do cupom cambial que tais transações estão naturalmente sujeitas, e assim, se resguardando de oscilações inesperadas e impactantes por meio de hedge econômico e contábil, quando aplicável.

c) Proteção do Portfólio com Taxas Prefixadas

O CCB Brasil adota a estratégia de adquirir contratos futuros de DI, avaliando o montante alocado por prazo do portfólio de crédito e o montante por vencimento dos contratos futuros de DI. A cobertura do *hedge* é monitorada diariamente e avaliada trimestralmente para fins de efetividade e manutenção do *hedge* contábil, e atende critérios que consideram a carteira total deduzida dos atrasos e o pré-pagamento. A Tesouraria do Banco avalia a necessidade de compra ou venda de novos contratos futuros de DI para contrabalançar o ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge* com o objetivo de garantir uma efetividade do *hedge* no intervalo de 80% a 125% considerando a relação entre a variação à mercado do *layer* protegido, objeto de *hedge* designado e a variação à mercado dos contratos futuros de DI.

d) Gerenciamento de risco

O CCB Brasil opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 31 de dezembro de 2022 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros e cupom de dólar que visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR (para a carteira *trading*), EVE e NII (para a carteira *banking*), Rentabilidade e Risco de Liquidez.

e) Registro dos valores

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco até 31 de dezembro de 2022), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado.

Especificamente, para o Hedge de valor de Mercado, os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado.

f) Critérios de mensuração do valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

• **Futuros e Termo:** cotações em bolsas, e

• **Swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável.

Os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2022 apresentam as seguintes características:

	Circulante	Não circulante	Diferencial a receber	Circulante	Não circulante	Diferencial a pagar	Valor de referência				
							Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)				
							A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	Total Circulante	Não circulante	Total
Contratos de Swap											
Mercado Interfinanceiro	25.619	37.570	63.189	240	1.688	1.928	68.402	243.468	311.870	607.902	919.772
Moeda Estrangeira	283	1.657	1.940	4.993	4.622	9.615	(68.402)	(275.265)	(343.667)	(614.272)	(957.939)
Pré	584	-	584	-	119	119	-	31.797	31.797	6.370	38.167
Subtotal	26.486	39.227	65.713	5.233	6.429	11.662	-	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	(133)	15.289	15.156	(404)	360	(44)	-	-	-	-	-
Total	26.353	54.516	80.869	4.829	6.789	11.618	-	-	-	-	-
Contratos de Termo/NDF											
Compra de Termo/NDF	1.442	-	1.442	14.232	2.238	16.470	201.139	172.957	374.096	15.653	389.749
Venda de Termo/NDF	679	-	679	2.411	-	2.411	89.685	21.460	111.145	-	111.145
Subtotal	2.121	-	2.121	16.643	2.238	18.881	-	-	-	-	-
Total	28.474	54.516	82.990	21.472	9.027	30.499	-	-	-	-	-
Contratos Futuros											
Compra – Mercado Interfinanceiro	20	-	20	-	-	-	50.132	134.757	184.889	22.842	207.731
Venda – Mercado Interfinanceiro	-	-	-	284	-	284	(166.820)	(277.917)	(444.737)	(403.469)	(848.206)
Compra – DDI – Cupom Cambial	17.330	-	17.330	4.270	-	4.270	1.245.731	1.101.887	2.347.618	453.719	2.801.337
Venda – DDI – Cupom Cambial	691	-	691	108	-	108	(115.762)	(7.776)	(123.539)	-	(123.539)
Compra – Moeda Estrangeira	4.016	-	4.016	806	-	806	574.931	-	574.931	-	574.931
Venda – Moeda Estrangeira	4.275	-	4.275	13.439	-	13.439	(2.301.100)	-	(2.301.100)	-	(2.301.100)
Total	26.332	-	26.332	18.907	-	18.907					
Total Geral	54.806	54.516	109.322	40.379	9.027	49.406					

Os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2021 apresentam as seguintes características:

	Circulante	Não circulante	Diferencial a receber	Circulante	Não circulante	Diferencial a pagar	Valor de referência				
							Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)				
							A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	Total Circulante	Não circulante	Total
Contratos de Swap											
Mercado Interfinanceiro	1.829	7.842	9.671	18.224	10.100	28.324	12.085	144.840	156.925	478.111	635.036
Moeda Estrangeira	1.798	5.758	7.556	208	2.775	2.983	(19.089)	(176.329)	(195.418)	(478.111)	(673.529)
Pré	511	-	511	1.054	-	1.054	7.004	31.489	38.493	-	38.493
Subtotal	4.138	13.600	17.738	19.486	12.875	32.361	-	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	831	7.154	7.985	450	(1.752)	(1.302)	-	-	-	-	-
Total	4.969	20.754	25.723	19.936	11.123	31.059	-	-	-	-	-
Contratos de Termo/NDF											
Compra de Termo/NDF	7.670	7.566	15.236	5.676	227	5.903	326.065	286.802	612.867	116.135	729.002
Venda de Termo/NDF	5.271	-	5.271	921	-	921	314.339	60.972	375.311	-	375.311
Subtotal	12.941	7.566	20.507	6.597	227	6.824	-	-	-	-	-
Total	17.910	28.320	46.230	26.533	11.350	37.883	-	-	-	-	-

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.**
Contratos Futuros

Compra – Mercado Interfinanceiro	113	-	113	-	-	61.795	267.682	329.477	107.779	437.256
Venda – Mercado Interfinanceiro	-	-	-	400	-	400	(169.382)	(318.886)	(488.268)	(657.668)
Compra – DDI – Cupom Cambial	-	-	-	64.507	-	64.507	568.485	2.271.652	2.840.137	296.616
Venda – DDI – Cupom Cambial	3.568	-	3.568	-	-	(25.621)	(147.432)	(173.053)	-	(173.053)
Compra – Moeda Estrangeira	43	-	43	19.003	-	19.003	922.168	-	922.168	-
Venda – Moeda Estrangeira	64.714	-	64.714	-	-	(3.148.812)	-	(3.148.812)	-	(3.148.812)
Total	68.438	-	68.438	83.910	-	83.910				
Total Geral	86.348	28.320	114.668	110.443	11.350	121.793				

Instrumentos Derivativos Ativo

	31/12/2022	31/12/2021
Moeda:		
Real	109.322	114.668
Total	109.322	114.668

Instrumentos Derivativos Passivo

	31/12/2022	31/12/2021
Moeda:		
Real	49.406	121.793
Total	49.406	121.793

As operações de “swap” e “NDF” encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes referentes à diferença a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, em contrapartida de receita ou despesa. As operações de “mercado futuro” encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes apropriados/pagos diariamente são contabilizados como receita ou despesa.

O montante das margens depositadas em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:

Título	Vencimento	31/12/2022		31/12/2021	
		Valor Justo/Contábil	Valor Justo/Contábil	Valor Justo/Contábil	Valor Justo/Contábil
LFT	01/03/2022	-	-	225.576	225.576
LFT	01/09/2022	-	-	102.183	102.183
LFT	01/03/2023	-	-	27.763	27.763
LFT	01/09/2024	82.569	82.569	65.916	65.916
		82.569	82.569	421.438	421.438

g) Hedge accounting
Operação de Crédito Pessoas Físicas

O CCB Brasil detém portfólios de empréstimos consignados de funcionários públicos e aposentados, e operações de financiamento de veículos. Os créditos são concedidos a taxas pré-fixadas, expondo o CCB Brasil ao risco de mercado decorrente das oscilações da taxa referencial dos depósitos interbancários (CDI), indexador no qual o custo de *funding* e o gerenciamento de risco do CCB Brasil são controlados. Desta forma, para cobertura do risco da taxa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

pré-fixada às oscilações do CDI, a tesouraria do Banco adquire contratos futuros de DI em uma relação de quantidades x vencimentos que compensem o efeito de ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge*.

A partir de janeiro de 2022, os efeitos da estrutura de hedge de valor justo das operações de crédito pessoa física, passaram a ser contabilizadas exclusivamente para as operações de crédito registradas no Banco sem abranger as operações da subsidiária CCBF, desta forma, a parcela do hedge accounting descontinuada no montante de R\$ 37.967, vem sendo lançado ao resultado do exercício de acordo com o prazo das operações registradas naquela data base.

Captações Externas

Com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil contrata operações de instrumentos financeiros derivativos (USDxCDI), com valores, prazos e taxas similares, e a partir de abril de 2022 designou operações de empréstimos realizadas a partir daquela data como item objeto hedge accounting de valor justo.

	31/12/2022		Objeto de Hedge				Instrumento de Hedge		
			Valor Curva		Valor Justo		Valor da Inefetividade	Valor Nominal	Variação no valor reconhecido no resultado
Risco de Taxa de Juros	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos					
Hedge de Operações de Crédito (nota 25)	585.790	-	576.084	-			952	839.829	(9.706)
Hedge de Operações de Crédito – parcela descontinuada (nota25)	-	-	-	-			-	-	21.494
Hedge de Captação externa (nota 25)	-	1.869.997	-	1.873.414		(4.420)	1.871		(3.417)
Total	585.790	1.869.997	576.084	1.873.414		(3.468)	841.700		(8.371)

	31/12/2021		Objeto de Hedge				Instrumento de Hedge		
			Valor Curva		Valor Justo		Valor da Inefetividade	Valor Nominal	Variação no valor reconhecido no resultado
Risco de Taxa de Juros	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos					
Hedge de Operações de Crédito (nota 25)	900.521	-	862.554	-			106	1.111.307	(113.187)

7. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2022	31/12/2021
Classificação:		
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	2.234.094	1.927.057
 Tipo:		
Ativos Financeiros ao custo amortizado (estágio 1):		
Aplicações no mercado aberto	1.500.239	1.499.994
Devedores por depósitos em garantia	446.520	423.460
Aplicações em moedas estrangeiras	283.018	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>4.317</u>	3.603
Total	2.234.094	1.927.057

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Moeda:

Real	1.951.076	1.925.383
Moeda estrangeira	283.018	1.674
Total	2.234.094	1.927.057
Circulante	1.786.290	1.503.597
Não circulante	447.804	423.460
Total	2.234.094	1.927.057

8. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES

a) Diversificação por tipo de operação

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoas Físicas	897.875	1.185.958
Consignado	883.493	1.162.583
Outros Empréstimos	14.382	23.375
Pessoas Jurídicas	9.270.823	9.029.282
Financiamentos à exportação / importação	3.737.868	4.431.451
Capital de Giro	3.130.847	2.716.614
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.393.735	1.174.669
Financiamentos rurais e agroindustriais	668.331	459.037
Outros Empréstimos	340.042	247.511
Total	10.168.698	10.215.240

Moeda:

Real	4.152.630	5.390.415
Moeda estrangeira	6.016.068	4.824.825
Total	10.168.698	10.215.240
Circulante	5.644.782	5.844.239
Não circulante	4.523.916	4.371.001
Total	10.168.698	10.215.240

b) Valor contábil bruto (carteira de crédito) para estágios de perda esperada

Reconciliação da carteira bruta de “Empréstimos e adiantamentos a clientes”, segregadas por estágios:

Estágio 1	Saldo Inicial 31/12/2021	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Outras Movimentações*	Saldo Final 31/12/2022
Pessoas Físicas	1.013.589	(4.885)	(57.410)	21.969	17.088	(192.074)	798.277
Consignado	998.562	(4.538)	(44.832)	21.946	17.088	(191.378)	796.848
Outros empréstimos **	15.027	(347)	(12.578)	23	-	(696)	1.429
Pessoas Jurídicas	8.843.814	(432.105)	-	6.485	-	(330.641)	8.087.553
Capital de Giro	2.644.231	(138.114)	-	6.485	-	405.171	2.917.773
Financiamento à exportação / importação	4.389.676	(182.099)	-	-	-	(837.282)	3.370.295

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Outros empréstimos **	1.809.907	(111.892)	-	-	-	101.470	1.799.485
Total	9.857.403	(436.990)	(57.410)	28.454	17.088	(522.715)	8.885.830
<hr/>							
Estágio 2	Saldo Inicial 31/12/2021	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Outras Movimentações *	Saldo Final 31/12/2022
Pessoas Físicas	38.312	(21.969)	(3.137)	4.885	142	(8.533)	9.700
Consignado	38.289	(21.946)	(3.137)	4.538	142	(8.536)	9.350
Outros empréstimos **	23	(23)	-	347	-	3	350
Pessoas Jurídicas	62.927	(6.485)	-	432.105	-	612.423	1.100.970
Capital de Giro	46.888	(6.485)	-	138.114	-	2.362	180.879
Financiamento à exportação / importação	14.015	-	-	182.099	-	171.459	367.573
Outros empréstimos **	2.024	-	-	111.892	-	438.602	552.518
Total	101.239	(28.454)	(3.137)	436.990	142	603.890	1.110.670
<hr/>							
Estágio 3	Saldo Inicial 31/12/2021	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-off	Outras Movimentações *
Pessoas Físicas	134.057	(17.088)	(142)	57.410	3.137	(75.206)	(12.270)
Consignado	125.732	(17.088)	(142)	44.832	3.137	(69.933)	(9.243)
Outros empréstimos **	8.325	-	-	12.578	-	(5.273)	(3.027)
Pessoas Jurídicas	122.541	-	-	-	-	(9.316)	(30.925)
Capital de Giro	25.495	-	-	-	-	-	6.700
Financiamento à exportação / importação	27.760	-	-	-	-	-	(27.760)
Outros empréstimos **	69.286	-	-	-	-	(9.316)	(9.865)
Total	256.598	(17.088)	(142)	57.410	3.137	(84.522)	(43.195)
<hr/>							
Consolidado dos 3 Estágios	Saldo Inicial 31/12/2021	Write-off	Outras Movimentações	Saldo Final 31/12/2022			
Pessoas Físicas	1.185.958	(75.206)	(212.877)	897.875			
Consignado	1.162.583	(69.933)	(209.157)	883.493			
Outros empréstimos **	23.375	(5.273)	(3.720)	14.382			
Pessoas Jurídicas	9.029.282	(9.316)	250.857	9.270.823			
Capital de Giro	2.716.614	-	414.233	3.130.847			
Financiamento à exportação / importação	4.431.451	-	(693.583)	3.737.868			
Outros empréstimos **	1.881.217	(9.316)	530.207	2.402.108			
Total	10.215.240	(84.522)	37.980	10.168.698			

* Em “outras movimentações” são consideradas as operações baixadas por recebimento e a inclusão de novas operações, cessões de crédito e variação cambial de operações indexadas em moeda estrangeira.

** Em “outros empréstimos” são incluídas outras modalidades de crédito (Adiantamentos sobre contratos de câmbio, Financiamentos rurais e agroindustriais, Financiamentos de máquinas e veículos pesados, devedores por compra de valores e bens, Títulos e créditos a receber).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Estágio 1	Saldo Inicial 31/12/2020	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Outras Movimentações*	Saldo Final 31/12/2021
Pessoas Físicas	1.610.440	(13.586)	(52.432)	12.320	35.850	(579.003)	1.013.589
Consignado	1.608.087	(13.586)	(52.432)	12.320	21.027	(576.854)	998.562
Outros empréstimos **	2.353	-	-	-	14.823	(2.149)	15.027
Pessoas Jurídicas	8.092.415	(57.475)	(17.652)	-	3.109	823.417	8.843.814
Capital de Giro	2.891.096	(57.436)	(5.650)	-	-	(183.779)	2.644.231
Financiamento à exportação / importação	3.670.979	-	-	-	-	718.697	4.389.676
Outros empréstimos **	1.530.340	(39)	(12.002)	-	3.109	288.499	1.809.907
Total	9.702.855	(71.061)	(70.084)	12.320	38.959	244.414	9.857.403

Estágio 2	Saldo Inicial 31/12/2020	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Outras Movimentações *	Saldo Final 31/12/2021
Pessoas Físicas	78.359	(12.320)	(5.491)	13.586	1.856	(37.678)	38.312
Consignado	78.337	(12.320)	(5.491)	13.586	1.820	(37.643)	38.289
Outros empréstimos **	22	-	-	-	36	(35)	23
Pessoas Jurídicas	54.324	-	(12.453)	57.475	18.331	(54.750)	62.927
Capital de Giro	28.174	-	(4.751)	57.436	15.346	(49.317)	46.888
Financiamento à exportação / importação	7.702	-	(7.702)	-	-	14.015	14.015
Outros empréstimos **	18.448	-	-	39	2.985	(19.448)	2.024
Total	132.683	(12.320)	(17.944)	71.061	20.187	(92.428)	101.239

Estágio 3	Saldo Inicial 31/12/2020	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-off	Outras Movimentações *	Saldo Final 31/12/2021
Pessoas Físicas	408.964	(35.850)	(1.856)	52.432	5.491	(229.875)	(65.249)	134.057
Consignado	359.202	(21.027)	(1.820)	52.432	5.491	(229.875)	(38.671)	125.732
Outros empréstimos **	49.762	(14.823)	(36)	-	-	-	(26.578)	8.325
Pessoas Jurídicas	112.938	(3.109)	(18.331)	17.652	12.453	(16.516)	17.454	122.541
Capital de Giro	22.029	-	(15.346)	5.650	4.751	-	8.411	25.495
Financiamento à exportação / importação	10.435	-	-	-	7.702	-	9.623	27.760
Outros empréstimos **	80.474	(3.109)	(2.985)	12.002	-	(16.516)	(580)	69.286
Total	521.902	(38.959)	(20.187)	70.084	17.944	(246.391)	(47.795)	256.598

Consolidado dos 3 Estágios	Saldo Inicial 31/12/2020	Write-off	Outras Movimentações	Saldo Final 31/12/2021
Pessoas Físicas	2.097.763	(229.875)	(681.930)	1.185.958
Consignado	2.045.626	(229.875)	(653.168)	1.162.583
Outros empréstimos **	52.137	-	(28.762)	23.375
Pessoas Jurídicas	8.259.677	(16.516)	786.121	9.029.282

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.**

Capital de Giro	2.941.299	-	(224.685)	2.716.614
Financiamento à exportação / importação	3.689.116	-	742.335	4.431.451
Outros empréstimos **	1.629.262	(16.516)	268.471	1.881.217
Total	10.357.440	(246.391)	104.191	10.215.240

* Em “outras movimentações” são consideradas as operações baixadas por recebimento e a inclusão de novas operações, cessões de crédito e variação cambial de operações indexadas em moeda estrangeira.

** Em “outros empréstimos” são incluídas outras modalidades de crédito (Adiantamentos sobre contratos de câmbio, Financiamentos rurais e agroindustriais, Financiamentos de máquinas e veículos pesados, devedores por compra de valores e bens, Títulos e créditos a receber).

9. PERDA DE CRÉDITO ESPERADA

Composição da provisão para perda de crédito esperada de “empréstimos e adiantamentos a clientes e títulos e valores mobiliários”:

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoas Físicas	121.104	166.542
Consignado	112.844	158.253
Outros empréstimos	8.260	8.289
Pessoas Jurídicas	97.132	105.040
Capital de Giro	33.967	18.160
Financiamento à exportação / importação	18.124	32.986
Outros empréstimos	45.041	53.894
Subtotal	218.236	271.582
Títulos e valores mobiliários (Estágio 1)	422	269
Total	218.658	271.851
Moeda:		
Real	140.385	184.863
Moeda estrangeira	78.273	86.988
Total	218.658	271.851
Circulante	101.150	165.516
Não circulante	117.508	106.335
Total	218.658	271.851

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Estágio 1	Saldo Inicial 31/12/2021	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Constituição / (Reversão)	Saldo Final 31/12/2022	
Pessoas Físicas	48.261	(245)	(3.292)	1.919	13.922	(15.508)	45.057	
Consignado	46.778	(208)	(2.012)	1.917	13.922	(15.473)	44.924	
Outros empréstimos	1.483	(37)	(1.280)	2	-	(35)	133	
Pessoas Jurídicas	21.119	(1.374)	-	45	-	5.921	25.711	
Capital de Giro	3.708	(528)	-	45	-	3.581	6.806	
Financiamento à exportação / importação	14.094	(676)	-	-	-	(659)	12.759	
Outros empréstimos	3.317	(170)	-	-	-	2.999	6.146	
Total	69.380	(1.619)	(3.292)	1.964	13.922	(9.587)	70.768	
Estágio 2	Saldo Inicial 31/12/2021	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Constituição / (Reversão)	Saldo Final 31/12/2022	
Pessoas Físicas	3.869	(1.919)	(381)	245	119	(533)	1.400	
Consignado	3.867	(1.917)	(381)	208	119	(577)	1.319	
Outros empréstimos	2	(2)	-	37	-	44	81	
Pessoas Jurídicas	370	(45)	-	1.374	-	9.797	11.496	
Capital de Giro	343	(45)	-	528	-	2.576	3.402	
Financiamento à exportação / importação	27	-	-	676	-	4.662	5.365	
Outros empréstimos	-	-	-	170	-	2.559	2.729	
Total	4.239	(1.964)	(381)	1.619	119	9.264	12.896	
Estágio 3	Saldo Inicial 31/12/2021	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-off	Constituição / (Reversão)	Saldo Final 31/12/2022
Pessoas Físicas	114.412	(13.922)	(119)	3.292	381	(75.206)	45.809	74.647
Consignado	107.608	(13.922)	(119)	2.012	381	(69.933)	40.574	66.601
Outros empréstimos	6.804	-	-	1.280	-	(5.273)	5.235	8.046
Pessoas Jurídicas	83.551	-	-	-	-	(9.316)	(14.310)	59.925
Capital de Giro	14.109	-	-	-	-	-	9.650	23.759
Financiamento à exportação / importação	18.865	-	-	-	-	-	(18.865)	-
Outros empréstimos	50.577	-	-	-	-	(9.316)	(5.095)	36.166
Total	197.963	(13.922)	(119)	3.292	381	(84.522)	31.499	134.572
Consolidado dos 3 Estágios	Saldo Inicial 31/12/2021	Write-off	Constituição / (Reversão)	Saldo Final 31/12/2022				
Pessoas Físicas	166.542	(75.206)	29.768	121.104				
Consignado	158.253	(69.933)	24.524	112.844				
Outros empréstimos	8.289	(5.273)	5.244	8.260				
Pessoas Jurídicas	105.040	(9.316)	1.408	97.132				
Capital de Giro	18.160	-	15.807	33.967				
Financiamento à exportação / importação	32.986	-	(14.862)	18.124				
Outros empréstimos	53.894	(9.316)	463	45.041				
Subtotal	271.582	(84.522)	31.176	218.236				
Títulos e valores mobiliários (Estágio 1)	269	-	153	422				
Total	271.851	(84.522)	31.329	218.658				

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Estágio 1	Saldo Inicial 31/12/2020	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Constituição / (Reversão)	Saldo Final 31/12/2021
Pessoas Físicas	50.166	(471)	(1.663)	1.084	22.047	(22.902)	48.261
Consignado	49.976	(471)	(1.663)	1.084	14.300	(16.448)	46.778
Outros empréstimos	190	-	-	-	7.747	(6.454)	1.483
Pessoas Jurídicas	32.162	(489)	(90)	-	864	(11.328)	21.119
Capital de Giro	8.500	(489)	(29)	-	-	(4.274)	3.708
Financiamento à exportação / importação	19.597	-	-	-	-	(5.503)	14.094
Outros empréstimos	4.065	-	(61)	-	864	(1.551)	3.317
Total	82.328	(960)	(1.753)	1.084	22.911	(34.230)	69.380

Estágio 2	Saldo Inicial 31/12/2020	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Constituição / (Reversão)	Saldo Final 31/12/2021
Pessoas Físicas	6.101	(1.084)	(484)	471	1.247	(2.382)	3.869
Consignado	6.100	(1.084)	(484)	471	1.228	(2.364)	3.867
Outros empréstimos	1	-	-	-	19	(18)	2
Pessoas Jurídicas	5.278	-	(4.885)	489	11.736	(12.248)	370
Capital de Giro	537	-	(167)	489	11.736	(12.252)	343
Financiamento à exportação / importação	4.717	-	(4.718)	-	-	28	27
Outros empréstimos	24	-	-	-	-	(24)	-
Total	11.379	(1.084)	(5.369)	960	12.983	(14.630)	4.239

Estágio 3	Saldo Inicial 31/12/2020	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-off	Constituição / (Reversão)	Saldo Final 31/12/2021
Pessoas Físicas	270.309	(22.047)	(1.247)	1.663	484	(229.875)	95.125	114.412
Consignado	243.609	(14.300)	(1.228)	1.663	484	(229.875)	107.255	107.608
Outros empréstimos	26.700	(7.747)	(19)	-	-	-	(12.130)	6.804
Pessoas Jurídicas	73.200	(864)	(11.736)	90	4.885	(16.516)	34.492	83.551
Capital de Giro	16.830	-	(11.736)	29	167	-	8.819	14.109
Financiamento à exportação / importação	7.764	-	-	-	4.718	-	6.383	18.865
Outros empréstimos	48.606	(864)	-	61	-	(16.516)	19.290	50.577
Total	343.509	(22.911)	(12.983)	1.753	5.369	(246.391)	129.617	197.963

Consolidado dos 3 Estágios	Saldo Inicial 31/12/2020	Write-off	Constituição / (Reversão)	Saldo Final 31/12/2021
Pessoas Físicas	326.576	(229.875)	69.841	166.542
Consignado	299.685	(229.875)	88.443	158.253
Outros empréstimos	26.891	-	(18.602)	8.289
Pessoas Jurídicas	110.640	(16.516)	10.916	105.040
Capital de Giro	25.867	-	(7.707)	18.160
Financiamento à exportação / importação	32.078	-	908	32.986
Outros empréstimos	52.695	(16.516)	17.715	53.894
Subtotal	437.216	(246.391)	80.757	271.582

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Títulos e valores mobiliários (Estágio 1)	521	-	(252)	269
Total	437.737	(246.391)	80.505	271.851

10. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA

São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

	31/12/2022	31/12/2021
Imóveis	170.153	200.469
Máquinas e equipamentos	15.795	15.810
Veículos e afins	1.593	2.578
Outros	316	598
Subtotal	187.857	219.455
Provisão para redução ao valor recuperável	(104.273)	(121.904)
Total	83.584	97.551

	31/12/2022	31/12/2021
Movimentação		
Custo:		
Saldos no início do exercício	219.455	303.723
Bens retomados	335	710
Perda na venda de bens	(1.259)	(4.147)
Baixa por inutilização	-	(526)
Alienações	(30.674)	(80.305)
Saldos no final do exercício	187.857	219.455
Provisão para redução ao valor recuperável:		
Saldos no início do exercício	(121.904)	(146.737)
Reversão por alienação/ venda de bens	12.166	34.040
Reversão por inutilização	-	526
Reversão (constituição) provisão do exercício	5.465	(9.733)
Saldos no final do exercício	(104.273)	(121.904)
Saldo líquido de ativos não financeiros mantidos para venda	83.584	97.551

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

- a) **Créditos tributários diferidos:** o imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados em Ativos Fiscais, apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

Ativo diferido	31/12/2021	Variação PL	Realizações	Adições	Baixas	31/12/2022
Imposto de Renda						
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	67.964	-	(45.733)	36.675	(4.240)	54.666
Ajuste Hedge Accounting	-	-	(7.039)	14.438	-	7.399
Provisão para desvalorização de bens não de uso	4.680	-	(3.164)	9	(173)	1.352
Provisão para contingências e outras	350.526	(652)	(13.751)	3.004	(2.314)	336.813
Subtotal	423.170	(652)	(69.687)	54.126	(6.727)	400.230
Prejuízo fiscal	2.252	-	(1.378)	1.480	(36)	2.318
Subtotal – Crédito Tributário IRPJ	425.422	(652)	(71.065)	55.606	(6.763)	402.548
Contribuição Social						
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	54.370	-	(34.730)	26.636	(2.544)	43.732
Ajuste Hedge Accounting	-	-	(9.048)	14.967	-	5.919
Provisão para desvalorização de bens não de uso	3.610	-	(2.502)	6	(104)	1.010
Provisão para contingências e outras	280.421	(522)	(11.249)	2.187	(1.387)	269.450
Subtotal	338.401	(522)	(57.529)	43.796	(4.035)	320.111
Base negativa da CSLL acumulada	545	-	(61)	888	(22)	1.350
Subtotal – Crédito Tributário CSLL	338.946	(522)	(57.590)	44.684	(4.057)	321.461
Total – Crédito Tributário IRPJ/CSLL	764.368	(1.174)	(128.655)	100.290	(10.820)	724.009
Passivo fiscal diferido						
	31/12/2021	Variação PL	Realizações	Adições	Baixas	31/12/2022
Imposto de Renda						
Atualização monetária de depósitos judiciais	21.975	-	(5)	7.777	-	29.748
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	10.259	-	(36.923)	40.503	-	13.839
Superveniência de Depreciação	6.525	-	(2.007)	1.621	-	6.139
Subtotal Imposto de Renda	38.760	-	(40.636)	51.602	-	49.726
Contribuição Social						
Atualização monetária de depósitos judiciais	17.528	-	(4)	6.200	-	23.724
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	4.548	-	(29.539)	36.055	-	11.064
Subtotal Contribuição Social	22.076	-	(30.904)	43.616	-	34.788
Total impostos diferidos	60.836	-	(71.540)	95.218	-	84.514
Total líquido crédito tributário	703.532	(1.174)	(57.115)	5.072	(10.820)	639.495

Em 31 de dezembro, o Banco possui créditos tributários não ativados decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, no valor total de R\$ 1.056.019 (Dezembro/21 – R\$ 1.053.855), ao

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

lado de créditos tributários oriundos de diferenças temporárias e contingências fiscais no montante de R\$ 218.084 (Dezembro/21 - R\$ 181.933), para os quais não há expectativa de realização no prazo previsto de até 10 anos.

b) Crédito presumido

Diante do elevado estoque de diferenças temporárias decorrentes de perdas de crédito ocorridas a partir de 2014, o Banco optou por apurar Crédito Presumido no montante de R\$ 380.662, segundo critérios estabelecidos pela Lei nº 12.838/13, que requerem a apuração de prejuízo fiscal e créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, apurados e existentes no ano-calendário anterior.

Ainda conforme a Lei nº 12.838/13 a Receita Federal poderá verificar a exatidão dos créditos presumidos apurados pelo prazo de cinco anos, contado da data do pedido de resarcimento, que poderá ser em espécie ou em títulos da dívida pública mobiliária federal, podendo haver dedução de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional.

Durante o exercício de 2022 o Banco recuperou R\$ 1.005 (Dezembro/21 – R\$ 912), decorrentes de operações de crédito integrantes da base de cálculo do crédito presumido, cujos tributos diferidos, no montante de R\$ 452 (Dezembro/21 - R\$ 411), foram registrados em Impostos diferidos, dado que estes valores serão tributados por ocasião do resarcimento do crédito pela Fazenda Nacional.

A Administração entende que, dado ao cenário macroeconômico e a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros pelo CCB Brasil, a opção pelo Crédito Presumido representa a melhor alternativa para reduzir o tempo de realização das diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

	31/12/2022	31/12/2021
Crédito Presumido Constituído	380.662	380.662
Passivo Fiscal Diferido	(83.145)	(82.693)
Total Crédito Presumido	297.517	297.969

c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022		31/12/2021	
	IR	CS	IR	CS
Apuração				
Resultado antes da tributação sobre o lucro	52.244	52.244	(42.666)	(42.666)
Base de cálculo				
Adições temporárias	565.098	557.069	268.245	268.245
Adições permanentes	742.886	742.886	495.806	495.806
Exclusões	(1.299.963)	(1.293.492)	(843.118)	(835.929)
Lucro Real e Base de Cálculo do IR e CSLL	60.265	58.707	(121.733)	(114.544)
(+) Resultado fiscal negativo das empresas consolidadas	-	-	635	635
(-) Composição de Prejuízo Fiscal/ Base de Cálculo Negativa CSLL	(15.661)	(10.558)	1.185	3.283
Lucro Real e Base de Cálculo do IR e CSLL	44.604	48.149	(119.913)	(110.626)
Encargos às alíquota de 15% para IR e CSLL	6.833	10.169	479	1.487

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Adicional de 10% de IR	4.465	-	245	-
Impostos Correntes	11.298	10.169	724	1.487
Conciliação do resultado				
Impostos correntes	11.298	10.169	724	1.487
Imposto de Renda e CSLL Diferido (Passivo)	10.966	12.712	(11.230)	(8.355)
Imposto de Renda e CSLL Presumido	252	200	228	183
(=) Provisão IR e CSLL	22.516	23.081	(10.278)	(6.685)
Constituição de crédito tributário (sobre adições temporárias)	(55.606)	(44.684)	(85.254)	(75.397)
Baixa de créditos tributários	6.763	4.057	21.309	17.048
Realização do crédito tributário	71.065	57.590	92.050	68.680
(=) Efeito líquido do crédito tributário	22.222	16.963	28.105	10.331
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	44.738	40.044	17.827	3.646

12. OUTROS ATIVOS

	31/12/2022	31/12/2021
Devedores diversos no país	36.794	35.762
Pagamentos a ressarcir (*)	29.194	22.574
Outros	2.476	2.431
Total	68.464	60.767
Moeda:		
Real	68.325	60.641
Moeda estrangeira	139	126
Total	68.464	60.767
Circulante		
Circulante	42.090	28.602
Não circulante	26.374	32.165
Total	68.464	60.767

(*) Refere-se substancialmente a ativos com programas sociais habitacionais no montante de R\$ 25.161 (Dezembro/21 – R\$ 18.065).

13. INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Captação	Valor de Emissão		Vencimento	Moeda nacional	Tx Juros (a.a.)	31/12/2022	31/12/2021
	Moeda original	Emissão				31/12/2022	31/12/2021
Dívida Perpétua Nível I (a)	US\$ 70.000	29/12/2016	-	228.025	8,00%	365.239	390.635
Dívida Perpétua Nível I (a)	US\$ 100.000	04/06/2021	-	506.660	5,80%	521.770	558.050
Total						887.009	948.685

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Moeda:	31/12/2022	31/12/2021
Moeda estrangeira	887.009	948.685
Total	887.009	948.685
Não circulante	887.009	948.685
Total	887.009	948.685

Em 04 de junho de 2021, o CCB Brasil emitiu Bônus Perpétuo no montante de US\$ 100 milhões, com incidência de juros de 5,80% ao ano. Os papéis tiveram emissão privada com caráter de perpetuidade em conformidade com o previsto no artigo 17 da Resolução nº 4.192/13. A operação foi autorizada pelo Banco Central do Brasil em 28 de setembro de 2021 compondo o capital do CCB Brasil e adquiridos pelo próprio grupo CCB. Esse papel foi emitido em substituição à dívida subordinada que compunha o capital de nível II, que teve liquidação antecipada em setembro de 2021.

- a) Conforme previsto na regulamentação vigente, em decorrência do saldo elevado de prejuízos acumulados auferidos em exercícios anteriores o Banco não constituiu provisão para pagamento de juros referente aos exercícios apresentados, decorrentes das dívidas perpetuas emitidas.

14. DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Custo amortizado	31/12/2022				
	Até 03 meses	De 03 meses a 01 ano	Total Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos interfinanceiros	499.976	-	499.976	-	499.976
Obrigações por operações compromissadas	4.130.853	-	4.130.853	-	4.130.853
Total	4.630.829	-	4.630.829	-	4.630.829

Custo amortizado	31/12/2021				
	Até 03 meses	De 03 meses a 01 ano	Total Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos interfinanceiros	52.275	1.096	53.371	-	53.371
Obrigações por operações compromissadas	3.603.942	-	3.603.942	-	3.603.942
Total	3.656.217	1.096	3.657.313	-	3.657.313

Moeda	31/12/2022		31/12/2021	
	Sem vencimento	Até 03 meses	Total Circulante	Não Circulante
Real			4.630.829	3.657.313
Total			4.630.829	3.657.313

15. DEPÓSITOS DE CLIENTES

Custo amortizado	31/12/2022					
	Sem vencimento	Até 03 meses	De 03 meses a 01 ano	Total Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos à vista	72.791	-	-	72.791	-	72.791
Depósitos de poupança	2.295	-	-	2.295	-	2.295
Depósitos a prazo	-	1.830.028	1.578.043	3.408.071	791.529	4.199.600
Outros depósitos	-	15.310	-	15.310	-	15.310
Total	75.086	1.845.338	1.578.043	3.498.467	791.529	4.289.996

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Custo amortizado	31/12/2021					
	Sem vencimento	Até 03 meses	De 03 meses a 01 ano	Total Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos a vista	135.332	-	-	135.332	-	135.332
Depósitos de poupança	2.931	-	-	2.931	-	2.931
Depósitos a prazo	-	1.976.542	1.521.209	3.497.751	1.614.717	5.112.468
Outros depósitos	-	26.982	-	26.982	-	26.982
Total	138.263	2.003.524	1.521.209	3.662.996	1.614.717	5.277.713

Moeda	31/12/2022	31/12/2021
Real	4.274.727	5.250.753
Dólar	15.269	26.960
Total	4.289.996	5.277.713

16. OBRIGAÇÕES DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Custo amortizado	31/12/2022				
	Até 03 meses	De 03 meses a 01 ano	Total Circulante	Não Circulante	Total
Letras de crédito imobiliários – LCI	-	84	84	153	237
Letras de crédito do agronegócio – LCA	535.081	377.270	912.351	75.485	987.836
Letra financeira - LF	24.430	41.442	65.872	55.545	121.417
Total	559.511	418.796	978.307	131.183	1.109.490

Custo amortizado	31/12/2021				
	Até 03 meses	De 03 meses a 01 ano	Total Circulante	Não Circulante	Total
Letras de crédito imobiliários – LCI	-	1.200	1.200	-	1.200
Letras de crédito do agronegócio – LCA	183.044	126.818	309.862	32.888	342.750
Letra financeira - LF	57.029	66.931	123.960	76.727	200.687
Total	240.073	194.949	435.022	109.615	544.637

Moeda	31/12/2022	31/12/2021
Real	1.109.490	544.637
Total	1.109.490	544.637

17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As obrigações por empréstimos e repasses do exterior referem-se à captação de recursos para financiamento à importação e à exportação e repasses concedidos principalmente pelo controlador no exterior.

Os repasses do país são representados por recursos do Ministério da Agricultura na modalidade FUNCAFÉ e Ministério das Cidades nas modalidades PSH – Programa Social de Habitação e PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Os vencimentos estão assim distribuídos:

	Até 03 meses	De 03 meses a 01 ano	Total Circulante	Não Circulante	31/12/2022	31/12/2021
Repasses país - Instituições oficiais	79.780	158.185	237.965	16.102	254.067	211.859
No exterior	2.006.930	2.396.995	4.403.925	-	4.403.925	4.590.286
Empréstimo com a matriz	1.949.893	2.248.106	4.197.999	-	4.197.999	3.602.285
Demais empréstimos no exterior	57.037	148.889	205.926	-	205.926	988.001
Total geral em 31 de dezembro de 2022	2.086.710	2.555.180	4.641.890	16.102	4.657.992	
Total geral em 31 de dezembro de 2021	1.467.020	3.309.168	4.776.188	25.957		4.802.145

	31/12/2022	31/12/2021
Moeda		
Real	254.067	211.859
Moeda estrangeira	4.403.925	4.590.286
Total	4.657.992	4.802.145

18. PROVISÕES

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões para contingências (nota 19.a)	1.114.870	1.075.013
Provisões para garantias financeiras prestadas (nota 20)	27.334	25.933
Total	1.142.204	1.100.946
Circulante	27.203	25.366
Não circulante	1.115.001	1.075.580
Total	1.142.204	1.100.946

19. CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O CCB Brasil é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a) Provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes, bem com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos classificados como perda provável em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, sendo os mais relevantes:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Processos cíveis

O Conglomerado possui processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 214.619 (Dezembro/21 – R\$ 202.795). As provisões são, em geral, decorrentes de revisão de contrato, declaratórios, obrigações de fazer/não fazer e de indenização por danos materiais e morais.

Processos trabalhistas

O Conglomerado possui processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 112.372 (Dezembro/21 – R\$ 113.738). As provisões têm relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, intervalo intrajornada e outros.

Processos fiscais e previdenciários

COFINS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 610.667 (Dezembro/21 – R\$ 576.985): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 35.194 (Dezembro/21 – R\$ 32.791).

PIS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 96.966 (Dezembro/21 – R\$ 91.630): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. O valor de R\$ 120.776 (Dezembro/21 – R\$ 111.708) foi depositado em juízo.

IRPJ/CSLL PDD - 94 – valor envolvido R\$ 18.413 (Dezembro/21 – R\$ 27.296): pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução CMN nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no artigo 43, § 4º, da Lei nº 8.981/95. O valor de R\$ 28.899 (Dezembro/21 – 27.296) foi depositado em juízo.

INSS – Participação nos Lucros dos Administradores – Exercícios 2009 a 2011 – valor envolvido R\$ 61.400 (Dezembro/21 – R\$ 61.178): pleiteia a desconstituição de suposto débito de INSS, incidente sobre a participação nos lucros dos administradores, relativo aos períodos-base de 2009 a 2011, lançados através de Auto de Infração, em virtude de não incidir essa contribuição sobre participação nos lucros, nos termos do artigo 7º, XI, da Constituição Federal e artigo 28, § 9º, da Lei nº 8.212/91. O valor de R\$ 67.253 (Dezembro/21 – R\$ 61.178) foi depositado em juízo.

Movimentação das provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

Descrição	31/12/2021	Adição	Reversão	Atualização	Pagamento	31/12/2022
Cíveis	202.795	9.582	(4.465)	18.296	(11.589)	214.619
Trabalhistas	113.738	9.139	(10.001)	12.428	(12.931)	112.373
Subtotal	316.533	18.721	(14.466)	30.724	(24.520)	326.992

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Fiscais e previdenciárias	31/12/2021	Adição	Reversão	Atualização	Pagamento	31/12/2022
PIS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	91.630	-	-	5.336	-	96.966
COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	576.985	-	-	33.682	-	610.667
IRPJ / CSLL PDD 1994	27.296	-	(13.422) ^(*)	4.539	-	18.413
INSS Administradores – Exercícios 2009 a 2011	61.178	-	(5.853)	6.075	-	61.400
Outros	1.391	407	(1.428)	62	-	432
Subtotal	758.480	407	(20.703)	49.694	-	787.878
Total	1.075.013	19.128	(35.169)	80.418	(24.520)	1.114.870

(*) Refere-se a êxito parcial relacionado a mandado de segurança referente a discussão sobre o critério de dedutibilidade da PDD relativo a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia um total de R\$ 446.519 sendo R\$ 101.003 – processos cíveis, R\$ 16.589 – processos trabalhistas e R\$ 328.927 – processos fiscais.

b) Processos classificados como perda possível

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pelo CCB Brasil e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas principalmente pelas seguintes questões:

Processos fiscais e previdenciários

ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC nº 56/87 – valor envolvido R\$ 29.562 (Dezembro/21 – R\$ 23.869): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacificada do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor de R\$ 28.597 (Dezembro/21 – R\$ 23.869) foi depositado em juízo.

IRF sobre Remessa de Juros ao Exterior – valor envolvido R\$ - (Dezembro/21 – R\$ 14.520): pleiteia compensar os valores indevidamente retidos a título de imposto de renda na fonte sobre remessas de juros ao exterior, com o mesmo imposto de renda das pessoas jurídicas, nos termos do artigo 39 da Lei nº 9.250/96, afastando as restrições contidas nas Cartas-Circulares nº 2.269/92 e nº 2.372/93 e Comunicado nº 2.747/92, que condicionavam a aplicação de alíquota zero do imposto de renda à observância de prazos mínimos de amortização, por flagrante violação ao princípio da legalidade. Em 2021, o valor envolvido estava depositado em juízo.

IRPJ / 2008 – valor envolvido R\$ 40.566 (Dezembro/21 – R\$ 40.566): aguardando homologação da adesão ao parcelamento da Lei nº 12.996/14 (REFIS da COPA), cuja análise do RQA – Requerimento de Quitação Antecipada (artigo 33 da Lei nº 13.043/14) está suspensa aguardando o julgamento das glosas dos prejuízos fiscais e de base negativa da CSLL dos anos de 2012 e 2014 (vide IRPJ/CSLL).

INSS – Participação nos Lucros dos Administradores – valor envolvido R\$ 44.594 (Dezembro/21 – R\$ 40.754): pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2008, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10 de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros,

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.**

nos termos do artigo 7º, XI, da Constituição Federal e artigo 28, § 9º, da Lei nº 8.212/91. O valor de R\$ 44.799 (Dezembro/21 – R\$ 39.823) foi depositado em juízo

IRPJ/CSLL – valor envolvido R\$ 92.084 (Dezembro/21 – R\$ 168.154): pleiteia a desconstituição de débito de IRPJ/CSLL, relativo ao período base de 2012 e 2014, lançado por auto de infração, decorrente de glosa da dedutibilidade de perdas com créditos, por suposto descumprimento dos procedimentos previstos na Lei nº 9.430/96.

Imposto de Operações Financeiras (IOF) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) – valor envolvido R\$ 1.669 (Dezembro/21 – R\$ 1.527): CCB Brasil como responsável solidário, pleiteia a desconstituição de lançamento do suposto débito de IRRF/IOF sobre sete operações de câmbio para remessas de divisas ao exterior.

IOF sobre Cessão de Crédito – valor envolvido R\$ 2.929 (Dezembro/21 – R\$ 2.657): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito do IOF sobre suposta incidência nos contratos de cessão de crédito com coobrigação, relativo ao período de 03/2014 a 12/2014, por suposto descumprimento do Decreto nº 6.306/07.

Compensação Não Homologada - valor envolvido R\$ 9.089 (Dezembro/21 – R\$ 4.220): pleiteia na esfera administrativa com a RFB a homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido.

Processos trabalhistas

No Conglomerado existem processos, que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 46.303 (Dezembro/21 – R\$ 24.359). As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

Processos cíveis

O Conglomerado possui processos, os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 235.548 (Dezembro/21 – R\$ 421.596). As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato, declaratórias, obrigações de fazer/não fazer e de indenização por danos materiais e morais.

20. GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Valores Garantidos	Provisões (nota 18)	Valores Garantidos	Provisões (nota 18)
Avals ou fianças em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	735.028	137	420.857	328
Fianças judiciais - Outros	388.792	288	426.119	285
Fianças pagamentos	249.296	26.805	309.894	25.216
Fianças performance	144.980	-	39.383	-
Fianças bancárias	35.488	97	87.163	104
Outras fianças	78.110	7	8.728	-
Total	1.631.694	27.334	1.292.144	25.933

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Moeda:

Real	1.503.838	27.334	1.269.884	25.933
Moeda estrangeira	127.856	-	22.260	-
Total	1.631.694	27.334	1.292.144	25.933

Circulante	-	27.203	-	25.366
Não circulante	-	131	-	567
Total	-	27.334	-	25.933

21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores a pagar	109.553	37.542
Credores diversos - país	92.459	107.205
Sociais e estatutárias	9.445	9.575
Outras obrigações	5.892	3.060
Total	217.349	157.382

Moeda:

Real	215.945	155.194
Moeda estrangeira	1.404	2.188
Total	217.349	157.382

Circulante	206.321	140.721
Não Circulante	11.028	16.661
Total	217.349	157.382

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O quadro de acionistas do CCB Brasil é o seguinte:

a) Capital Social

Acionista	31/12/2022			31/12/2021		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
CCB Brazil Financial Holding						
Investimentos	297.223.908	168.407.558	465.631.466	297.223.908	168.407.558	465.631.466
Total de ações	297.223.908	168.407.558	465.631.466	297.223.908	168.407.558	465.631.466
Total em Reais	1.887.438	1.069.426	2.956.864	1.887.438	1.069.426	2.956.864

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

b) Ações em tesouraria

A quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2022 corresponde a 6.398.518 (Dezembro/21 – 6.398.518) ações preferenciais no montante de R\$ 55.105 (Dezembro/21 – R\$ 55.105).

c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme estatuto é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

d) Reservas

O prejuízo acumulado fundamentou a não constituição de reservas de lucros.

23. PARTES RELACIONADAS

a) Partes relacionadas

Os saldos de operações do Banco consolidado partes relacionadas podem ser observados conforme abaixo:

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades em moedas estrangeiras	4.312	4.924	-	-
China Construction Bank Corporation (a)	4.312	4.924	-	-
Cotas de Fundo de Investimentos	104.648	91.583	13.065	4.409
FIDC BRASILFactors (c)	104.648	91.583	13.065	4.409
Outros créditos - rendas a receber	23.158	11.599	-	-
China Construction Bank Corporation (b)	23.158	11.599	-	-
Depósitos à vista	(556)	(1.852)	-	-
BRASILFactors (c)	(6)	(1)	-	-
CCB Brazil Holding Ltda. (b)	(80)	(202)	-	-
Pessoal-chave da Administração e Controladores (a)	(470)	(1.649)	-	-
Depósitos a prazo	(106.559)	(109.268)	(10.307)	(3.311)
BRASILFactors (c)	-	(609)	(26)	(52)
FIDC BRASILFactors (c)	(15.115)	(30.875)	(2.334)	(598)
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (b)	(86.538)	(77.761)	(7.724)	(2.649)
Pessoal-chave da Administração (a)	(4.906)	(23)	(223)	(12)
LCA	(4.235)	(11.371)	(793)	(414)
Pessoal-chave da Administração (a)	(4.235)	(11.371)	(793)	(414)
LCI	-	-	(42)	-
Pessoal-chave da Administração (a)	-	-	(42)	-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
NDF	-	996	(1.783)	206
BRASILFactors (c)	-	996	(1.783)	206
Obrigações por Empréstimos	(4.197.999)	(3.602.285)	100.522	(335.578)
China Construction Bank Corporation (a)	(4.197.999)	(3.602.285)	100.522	(335.578)

A saber:

- (a) Pessoal-chave da Administração
- (b) Controlador indireto sediado no exterior
- (c) Controladora direta
- (d) Controlada em conjunto (*joint venture*)

a.1) Dos vencimentos e taxas das operações

As operações de LCA foram realizadas com taxas médias de 99,78% do CDI (Dezembro/21 – 100,43%) e possuem vencimento final em até 02 anos (Dezembro/21 – até 02 anos), não houve operações LCA pre-fixadas (Dezembro/21 – taxa de 7,71 a.a.). Para dezembro de 2022 não houve operações de LCI (Dezembro/21 – 103,65% do CDI com vencimento de até 01 ano). Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 84,52% do CDI (Dezembro/21 – 97,02% do CDI), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 03 anos (Dezembro/21 – em até 2 anos). As obrigações por empréstimos foram realizadas às taxas médias de 5,53% a.a. (Dezembro/21 – 5,74% a.a.) e variação cambial, com vencimento final até 7 anos (Dezembro/21 – em até 06 anos).

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração – Consolidado

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima destinada aos Administradores membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, bem como é definido o teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício, quando for o caso, respeitadas as limitações impostas pela Resolução CMN nº 3.921/10.

Durante os exercícios de 2022 e 2021, o Conselho de Administração não aprovou pagamentos de participações dos administradores no lucro, face ao saldo de prejuízos acumulados apresentado no Patrimônio Líquido do Banco.

b.1) Benefícios de curto prazo – Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração fixa (nota 28)	25.531	20.644
Outros	689	662
Total	26.220	21.306

b.2) Benefícios de longo prazo

O CCB Brasil não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

24. RECEITAS E DESPESAS COM JUROS E SIMILARES E DIFERENÇAS CAMBIAIS LÍQUIDAS

a) Receita e despesas de juros e similares

Juros e similares na demonstração do resultado consolidado compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e das retificações de resultado como consequência da contabilização do hedge. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidado compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas de Juros e Similares	1.700.952	961.243
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.017.108	712.931
Ativos financeiros a valor justo de outros resultados abrangentes	490.919	182.315
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	179.860	61.588
Ativos financeiros a custo amortizado	13.065	4.409
 Despesas de Juros Similares	(1.320.429)	(493.315)
A prazo	(548.129)	(233.221)
Captação no mercado aberto	(465.471)	(153.308)
Obrigações de empréstimos no país	(140.218)	(31.857)
Obrigações de empréstimos no exterior	(130.545)	(29.257)
Depósitos interfinanceiros	(19.126)	(4.774)
Despesas de juros dos passivos	(16.736)	(12.061)
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	(204)	(28.837)
 Receita Líquida com Juros e Similares	380.523	467.928

b) Variações cambiais (líquidas)

As diferenças cambiais mostram basicamente as diferenças que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e não consideram o hedge cambial contratado pelo Banco através de instrumentos financeiros derivativos, cujos impactos estão apresentados em “Ganhos (Perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)”.

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos, cessões e repasses	325.363	(328.372)
Títulos cambiais líquidas	60.313	(133.359)
Derivativos	7.280	161.106
Operações de câmbio	(81.934)	119.786
Operações de crédito	(282.282)	183.247
Outros	321	(80)
 Variações cambiais líquidas	29.061	2.328

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

25. GANHOS (PERDAS) COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (LÍQUIDOS)

Os ganhos com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos, às provisões e pelos ganhos resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica, por tipo de instrumento, está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	5.911	6.660
Hedge accounting – carteira varejo (nota 6.g)	11.788	(113.187)
Outros ativos financeiros	26	32
Outros passivos ao valor justo através do resultado (nota 6.g)	(3.417)	710
Derivativos	(47.714)	(2.537)
Total	(33.406)	(108.322)

26. RECEITAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica “Receita de tarifas e comissões” é composta pelos valores de todos os honorários e comissões acumulados em favor do Banco no ano, exceto aqueles que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de garantias prestadas	32.324	37.608
Rendas de outros serviços	8.072	2.657
Outras rendas de tarifas bancárias – PJ	3.881	4.602
Rendas de tarifas bancárias - PF	6	8
Total	44.283	44.875

27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Entre essa rubrica da demonstração do resultado consolidada estão:

	31/12/2022	31/12/2021
Outras Receitas Operacionais		
Atualização de depósitos em garantia	27.686	8.511
Renda de Aquisição de Recebíveis	15.438	11.496
Reversão de provisões operacionais	6.756	-
Recuperação de encargos e despesas	3.202	12.769
Rendas venda financiada de bens não de uso	1.483	2.586
Outras receitas operacionais	18.932	8.771
Total Outras Receitas Operacionais	73.497	44.133

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Outras Despesas Operacionais

Provisões fiscais (nota 19)	(29.398)	(15.423)
Provisões cíveis (nota 19)	(23.413)	(26.793)
Programa de remuneração aos funcionários	(12.219)	(15.448)
Provisões trabalhistas (nota 19)	(11.566)	(18.948)
Despesas Rescisórias	(11.044)	(7.913)
Comissões sobre cobranças	(10.799)	(18.510)
Fianças prestadas	(1.401)	(797)
Correção de impostos e contribuições	(909)	(5.606)
Provisões operacionais	-	(8.590)
Outras despesas Operacionais	<u>(25.093)</u>	<u>(13.064)</u>
Total Outras Despesas Operacionais	<u>(125.842)</u>	<u>(131.092)</u>
 Saldo líquido	 <u>(52.345)</u>	 <u>(86.959)</u>

28. DESPESAS DE PESSOAL

A composição da rubrica “Despesas com pessoal” está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Salários	90.629	97.289
Encargos Sociais	36.284	35.358
Honorários da diretoria (nota 23.b1)	25.531	20.644
Benefícios	20.157	17.406
Outros	2.298	2.318
Total	<u>174.899</u>	<u>173.015</u>

29. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de serviços de terceiros	27.063	28.630
Despesas de processamento de dados	18.266	17.433
Despesas de serviços do sistema financeiro	9.003	8.491
Outras despesas	6.982	12.629
Despesas de manutenção e conservação	4.647	3.392
Despesas de aluguéis e taxas	3.821	4.995
Despesas emolumentos judiciais e cartorários	2.146	3.438
Total	<u>71.928</u>	<u>79.008</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

30. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de contribuição à COFINS	26.341	20.470
Despesas contribuição ao PIS/PASEP	4.281	3.326
Despesas tributárias	4.235	4.026
Despesas de impostos s/serviços de qualquer natureza	2.746	2.881
Total	37.603	30.703

31. GANHOS (PERDA) COM OUTROS ATIVOS (LÍQUIDAS)

Refere-se basicamente a resultados obtidos na venda de bens próprios e provisionamentos para ajuste ao valor de realização de bens ou outros ativos não operacionais.

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado na venda de ativos disponíveis para venda	10.907	29.893
Reversão (constituição) provisão para outros ativos	5.293	(10.077)
Lucro (Prejuízo) baixa de bens de uso	(146)	-
Baixa por inutilização	(987)	-
Outras rendas (despesas) não operacionais	(1.863)	588
Total	13.204	20.404

32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com as normas contábeis internacionais, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho
- (c) Para as quais informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócio como sendo os seus segmentos operacionais:

- Atacado
- Varejo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

O Banco mantém como principal foco de sua estratégia atuação no segmento de Atacado. Referido segmento inclui basicamente a concessão de empréstimos e recebíveis com garantia de recebíveis, sendo o Capital de Giro o produto mais rentável do segmento. Uma parcela significativa da carteira de atacado é representada por empréstimos de curto prazo que proporcionam ao Banco maior liquidez e um controle mais efetivo do risco. Adicionalmente, o Banco participa ativamente no mercado de câmbio cujas captações são realizadas junto a bancos internacionais.

O segmento Varejo inclui empréstimos e recebíveis do tipo consignado para empregados do setor público e financiamento de veículos para pessoa física.

As demonstrações de resultado e outros dados significativos estão relacionados a seguir.

	Atacado	Varejo	31/12/2022	Atacado	Varejo	31/12/2021
Receitas com juros e similares	1.526.935	174.017	1.700.952	835.730	125.513	961.243
Despesas com juros e similares	(1.191.114)	(129.315)	(1.320.429)	(428.611)	(64.704)	(493.315)
Resultado Líquido com juros e similares	335.820	44.703	380.523	407.119	60.809	467.928
Diferenças cambiais (líquidas)	29.061	-	29.061	2.328	-	2.328
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	(44.202)	10.796	(33.406)	(164.838)	56.516	(108.322)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	320.679	55.499	376.178	244.609	117.325	361.934
Resultado de equivalência patrimonial	(2.164)	(97)	(2.261)	(530)	11	(519)
Receita de tarifas e comissões	44.280	3	44.283	44.824	51	44.875
Outras receitas (despesas) operacionais	(112.884)	60.539	(52.345)	(89.912)	2.953	(86.959)
TOTAL DE RECEITAS	249.912	115.943	365.855	198.991	120.340	319.331
Despesas com pessoal	(163.192)	(11.707)	(174.899)	(159.727)	(13.288)	(173.015)
Outras despesas administrativas	(57.115)	(14.813)	(71.928)	(61.121)	(17.887)	(79.008)
Despesas tributárias	(35.157)	(2.446)	(37.603)	(21.355)	(9.348)	(30.703)
Depreciação e amortização	(10.953)	(103)	(11.056)	(18.513)	(657)	(19.170)
Perdas com redução no valor recuperável de ativos financeiros	14.480	(45.809)	(31.329)	(10.918)	(69.587)	(80.505)
Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidos)	12.284	920	13.204	18.392	2.012	20.404
PREJUÍZO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	10.258	41.986	52.244	(54.251)	11.585	(42.666)
Impostos sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos	(33.644)	(51.138)	(84.782)	20.295	(41.768)	(21.473)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(23.386)	(9.152)	(32.538)	(33.956)	(30.183)	(64.139)
Total em Ativos	17.076.436	955.794	18.032.230	16.430.831	1.253.532	17.684.363
Principal linha de ativo:						
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9.232.054	936.644	10.168.698	9.029.282	1.185.958	10.215.240
Total em Passivos	16.094.179	927.631	17.021.810	15.441.944	1.200.894	16.642.838
Principal linha de passivo:						
Depósitos de clientes	3.398.795	891.201	4.289.996	4.111.403	1.166.310	5.277.713

O Banco possui agência na Ilhas Cayman cujo total de ativos é de R\$ 4.832.505 (R\$ 3.742.736 em 2021) e o patrimônio líquido no montante de R\$ 1.450.607 (R\$ 1.327.743 em 2021).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

33. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO E CAPITAL

O gerenciamento de riscos do Banco permite que os riscos inerentes sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Banco efetua o gerenciamento dos riscos Socioambientais, Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isso resulta em uma visão global das exposições a que o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar essa estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos. Atende a Resolução nº 4.557/17 do CMN. Encontra-se no site o Relatório de Gestão de Riscos em atendimento a Resolução BCB nº 54/20 do BACEN que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à Estrutura Gestão de Riscos e responsabilidades no contexto do CCB Brasil.

Da mesma forma, atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17, a estrutura de Gerenciamento de Riscos foi estabelecida e implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definida a estrutura organizacional aplicável a todo o Consolidado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro, bem como aprovadas as políticas institucionais para o gerenciamento de riscos.

A Resolução CMN nº 4.327/14 também está observada relativamente ao estabelecimento e implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental. O Banco já adaptou a estrutura de gerenciamento de riscos atendendo a Resolução CMN nº 4.557/17.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios do Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

As políticas de gestão de riscos do CCB Brasil destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. O Departamento de Gestão de Riscos compõe-se, dentre outros, de departamentos direcionados para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas suportam os Comitês de Riscos, de Controles Internos e Financeiro que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

- I. Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.
- II. Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

GESTÃO DE RISCO

A Política de Gerenciamento de Risco do CCB Brasil define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

O Banco designou o CRO – Chief Risk Officer como responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central segundo decisão do Conselho de Administração.

Gestão do Risco de Mercado

A Divisão de Risco de Liquidez, Mercado e Capital é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pela Declaração de apetite ao Risco (RAS), assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O monitoramento do Risco de Mercado no CCB Brasil é executado por alguns principais tipos de medidas: posições (stale positions), controle de nível de exposição cambial, sensibilidades, testes de estresse, o “Value-at-risk” (incluindo testes de aderência e validações), EVE- Economic Value of Equity e NII – Net Interest Income.

Todas as métricas de risco são avaliadas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do CCB Brasil. O monitoramento e controle das posições do Banco não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do Banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

ESG – Risco Socioambiental e Climático

O Banco aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados à capacidade de pagamento e default de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos.

Gestão do Risco de Crédito

O CCB Brasil conta com uma divisão independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta divisão, calcula os ratings e probabilidades de perdas de clientes baseados em métricas estatísticas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

As atividades dessa divisão diferem, portanto, dos procedimentos e conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

Exposição máxima ao risco de crédito

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil	33.279	22.826	56.105	179.752	173.105	352.857
A custo amortizado	104.648	-	104.648	91.583	-	91.583
A valor justo de outros resultados abrangentes	4.405.701	-	4.405.701	3.964.770	-	3.964.770
Instrumentos Financeiros derivativos	109.322	-	109.322	114.668	-	114.668
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	2.129.794	104.300	2.234.094	1.927.057	-	1.927.057
Empréstimos e adiantamentos a clientes	8.454.958	1.713.740	10.168.698	5.403.539	4.811.701	10.215.240
Outros empréstimos e recebíveis	16.358	-	16.358	15.406	-	15.406
Outros ativos financeiros	13.378	-	13.378	21.671	25.720	47.391
Coobrigação e riscos em garantias prestadas						
Créditos abertos para importação	52.514	-	52.514	117.142	-	117.142
Fianças prestadas	1.631.695	-	1.631.695	1.292.144	-	1.292.144
Cobrança de exportação	2.742.468	-	2.742.468	2.836.947	-	2.836.947
Total	19.694.115	1.840.864	21.534.981	15.964.678	5.010.526	20.975.205

Perda de crédito esperada

O Banco avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos compromissos de empréstimos e aos contratos de garantia financeira. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é feito mensalmente em contrapartida à Demonstração Consolidada do Resultado.

No caso de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o Banco reconhece a provisão para perdas na Demonstração do Resultado do balanço em IFRS.

São necessários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para mensuração da perda de crédito esperada, tais como:

- Prazo para avaliação da perda de crédito esperada: o Banco considera o período contratual máximo sobre o qual estará exposto ao risco de crédito do instrumento financeiro. Entretanto, ativos que não tenham vencimento determinado têm a vida esperada estimada com base no período de exposição ao risco de crédito. Além disso, todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem.
- Informações prospectivas: a IFRS 9 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. O Banco utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

- Cenários de perda ponderados pela probabilidade: o Banco utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada em um horizonte de observação adequada.
- Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito: em cada período das Demonstrações Contábeis Consolidadas, o Banco avalia se o risco de crédito sobre um ativo financeiro aumentou significativamente utilizando triggers (indicadores) relativos e absolutos por produto e país.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos nacionais e internacionais, conforme estudo efetuado pelo Banco.

Aumento significativo no risco de crédito: o Banco avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: a contraparte, o tipo e as características do produto e a região em que foi contratado, considerando os seguintes critérios objetivos como fatores mínimos:

- Estágio 1 para estágio 2: atraso superior a 30 dias;
- Estágio 2 para estágio 3: atraso superior a 90 dias.

A abordagem dessa avaliação no CCB Brasil leva em conta critérios compatíveis com o IFRS 9 que também adota as medidas:

- Da ocorrência de um aumento significativo do risco de crédito da operação no período compreendido entre a data do reconhecimento inicial e a data de apuração da perda esperada.
- A mudança no padrão de risco desde o reconhecimento inicial;
- O prazo de vencimento esperado do instrumento financeiro e;
- Outras informações razoáveis e suportáveis cujos esforços para obtenção se justifique.

A classificação dos contratos no estágio 1 indicam que tais avaliações não identificam aumentos significativos de risco entre as datas de reconhecimento e reporte. A classificação no estágio 2 indica que foram encontrados elementos que iniciam aumento significativo de risco. No estágio 3 se classificam os ativos com evidências objetivas de perdas (default).

O Banco avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual ou coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte dentre outros fatores relevantes.

Cenários Macroeconômicos: Essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças nas condições dos mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

Os conceitos da norma IFRS 9, considera um padrão de relatório financeiro que trata principalmente de classificação e redução ao valor recuperável de ativos financeiros, cuja premissa para o reconhecimento da perda

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.**

esperada é baseada em princípios e não somente em regras com diferentes métodos de mensuração e dispensa a ocorrência de atrasos e perdas efetivas, antecipando-se a elas, portanto.

Para esse fim leva em conta a avaliação de aumento significativo do risco de crédito do instrumento financeiro considerados três aspectos principais:

- i) indicador básico, ii) fatores quantitativos e iii) fatores qualitativos.

O Indicador básico consiste na verificação do tempo de atraso dos pagamentos contratuais. É considerado como aumento significativo de risco de crédito em um ativo financeiro se os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, a menos que a Instituição possua informações razoáveis e suportáveis sem custos ou esforços indevidos que estes riscos não aumentaram de fato.

Para avaliar mudanças de risco o CCB Brasil utiliza as escalas de ratings para definir a qualidade da carteira pela composição dos melhores ratings (menor risco) e determinar as faixas de “grau de investimento” ou “grau de não investimento” como medida de partida para análises.

Na prática, os estágios obedecem a critérios seletivos que se sobrepõem tais como (i) decisão da Administração (ii) tempo de atraso; (iii) aumento significativo de risco; (iv) definições de créditos problemáticos e (v) e por último, indicadores de classificação (ratings).

A Probabilidade de Default (PD) indica a probabilidade de perda para determinado horizonte de tempo (nos próximos 12 meses), para exposições pertencentes ao estágio 1, ou até o vencimento final do contrato para exposições classificadas no estágio 2 com vencimento superior a um ano e fornece uma estimativa probabilística de um cliente não cumprir suas obrigações. As probabilidades de default são associadas a escalas ou níveis de ratings que podem variar e, consequentemente, a comparação das PDs podem indicar aumentos significativos do risco de crédito das operações.

O CCB Brasil adotou a prática de cálculo da PD de 12 meses como indicador de risco de crédito, o que é uma prática consagrada no setor financeiro local e internacional. As agências de classificação internacionais e locais geralmente representam o risco de crédito de uma contraparte associando uma probabilidade de inadimplência para um horizonte fixo de avaliação, sendo comumente utilizado o horizonte de 12 meses para estimativas de ocorrências de perdas de crédito em empréstimos corporativos e de varejo.

A PD lifetime é probabilidade estimada de ocorrência do default para o período remanescente de vigência, ou vencimento da operação, caso seja superior (ou inferior) a um ano. A PD lifetime é utilizada para o cálculo da perda esperada de crédito das exposições classificadas no estágio 2 considerada após os ajustes forward looking abaixo descritos.

A LGD sigla em inglês para “perda dada a inadimplência” (Loss given default), indica qual será a perda efetiva do cliente. No Banco este é um dado estimado por modelagem estatística e considera a observação do comportamento histórico de recuperação de créditos baixados a prejuízo no período retroativo de cinco anos em quantidade de contratos por modalidade suficientemente significativa para consistência do estudo estatístico, tanto para carteira de Varejo como para a Carteira Corporate.

A EAD ou Exposure at Default pode ser definida como o valor bruto da exposição à inadimplência de um devedor, incluindo o principal e o reembolso de juros de acordo com o contrato, bem como a expectativa razoável do pagamento futuro da dívida subjacente, representado pelo fluxo de caixa da operação.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Cálculo de Impairment ou ECL (expected credit loss). No Banco, a perda esperada é apurada a partir da equação:
 $ECL = EAD \times PD \times LGD$.

Análise de sensibilidade - ECL forward looking

Realizamos a inclusão da análise macroeconômica baseada em cenários por apresentar uma visão voltada para o futuro devido à sua variedade de cenários possíveis. O objetivo de estimar as perdas esperadas de crédito não significa estimar um cenário pior ou melhor, mas o cálculo de que a perda de crédito ocorra dentro da realização do cenário mais provável. Compreender a perda de crédito, ao incorporar a probabilidade de que um cenário ocorra, utilizando a probabilidade ponderada, mesmo que esta última seja baixa, pode ajudar a informar a probabilidade de incorrer em perdas.

O aumento da complexidade da abordagem a ECL, bem como os horizontes de tempo mais longos sobre qual as perdas de crédito são modeladas, aumenta o esforço necessário para a estimativa de subsídios de perda de crédito e sua volatilidade potencial.

Cabe observar que as Perdas Esperadas de crédito de doze meses, usadas para fins de regulamentação são normalmente baseadas na probabilidade de default 'through the cycle' (ou seja, a probabilidade de incumprimento em condições econômicas de ciclo-neutro). Por sua vez, a PD usada para o IFRS 9 deve ser 'point in time' (ou seja, a probabilidade de incumprimento em condições econômicas atuais) e não contém ajustes. Isso pode ocasionar certa imprecisão quando medimos a perda passada e a projetamos para o futuro. No entanto, PDs regulamentares podem ser um bom ponto de partida, sabendo-se de antemão que as estimativas de PDs vão mudar quando uma entidade se move através do ciclo econômico. Nos modelos normativos, como a PD é calculada pelo ciclo, as estimativas são menos sensíveis às mudanças nas condições econômicas. Portanto, as PDs regulamentares refletem tendências de longo prazo no comportamento de PD. Como consequência, durante um ciclo econômico mais recessivo, as Probabilidades de Default sob o IFRS9 serão maiores do que as Probabilidades de Default regulatórias. Adicionalmente, quando se utiliza a PD 'through the cycle' as respostas ao longo do tempo podem não variar significativamente entre as datas de originação e de relato, pois a PD reflete a taxa de inadimplência média a longo prazo.

A análise baseada em cenário incorpora informações prospectivas usando vários cenários macroeconômicos. O quadro abaixo revela três cenários e a estimativa de perdas de crédito esperada. Ao avaliar o impacto das perdas de crédito do portfólio contrachoque nos principais indicadores macroeconômicos (por exemplo, o desemprego e o PIB), cada cenário implica um caminho diferente para perdas de crédito. Estas perdas foram agregadas estimando-se a probabilidade de ocorrência de cada cenário. Os ajustes para cenários prospectivos (Ajustes Forward Looking) por variáveis macroeconômicas foram considerados para garantir que a estimativa da perda de crédito atenda aos requisitos prospectivos exigidos.

CCB Brasil - Consolidado
IFRS9 - Cálculo de perda Esperada – 31/12/2022

Carteira	EAD	Otimista	Neutro	Pessimista
On balance	10.168.698	216.896	218.236	219.576

O ajuste prospectivo é efetuado com base em informações preditivas fornecidas por modelo desenvolvido, considerando dados macroeconômicos, processos de choques e delineamento de cenários em três níveis de confiança: i) viés negativo ou pessimista (25%), ii) neutro (50%) e iii) positivo ou otimista (25%) que são inputs do sistema de apuração de ECL do CCB Brasil e caracterizam o cenário neutro. Por sua vez, o cenário pessimista considera

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

que somente as variáveis macroeconômicas do cenário pessimista atuarão. O otimista, que somente as variáveis do cenário otimista estarão presentes.

São utilizadas variáveis macroeconômicas de ampla divulgação no mercado financeiro, que melhor se ajustam à variação e dinâmica dos índices de inadimplência. As projeções destes índices e sua probabilidade de ocorrência são extraídas do relatório Focus de Mercado do Banco Central do Brasil, bem como de economistas e consultorias especializadas contratados pela instituição.

Classificação de risco segundo a Resolução CMN 2.682/99.

Adicionalmente, conforme requerido pelo Conselho Monetário Nacional, através das Resolução 2.682/99, o Conglomerado classifica a carteira de crédito quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, incluindo entre outros, a situação financeira entre as partes, níveis de inadimplência, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização das garantias, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução , que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração, conforme demonstrado abaixo:

Composição da carteira por níveis de risco

Nível de risco	31/12/2022	31/12/2021
AA	4.442.165	3.598.736
A	3.701.930	3.954.746
B	1.828.264	2.355.701
C	65.826	105.490
D	15.901	19.101
E	20.520	44.807
F	6.068	7.222
G	69.361	47.703
H	222.775	306.864
Total	10.372.810	10.440.370

Gestão do Risco de Liquidez

O gerenciamento do Risco de Liquidez do CCB Brasil consiste em mensurar, avaliar e controlar a capacidade do banco em honrar seus compromissos financeiros por meio de estimativas e modelagens matemáticas sobre a sua própria base de operações. Tais modelos possuem características complementares e são descritos abaixo:

- I. *Backward Looking*: análise histórica de movimentações, recompras, renovações de operações pelos clientes para estimar o potencial de insuficiência de caixa para honrar os compromissos do banco.
- II. *Forward Looking*: análise da carteira projetada, considerando-se cenários de orçamento e expectativa de crescimento das carteiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Os resultados dos cálculos de liquidez efetuados para os próximos três anos, segundo esses modelos, demonstram que o CCB Brasil tem e terá recursos suficientes para fazer frente às suas obrigações e apresenta posição com ampla margem de segurança no circulante e em não circulante.

O CCB Brasil possui departamento de gestão de risco de liquidez para identificação, monitoração e controle de eventos que possam impactar a liquidez do banco tanto no circulante quanto no não circulante.

A gestão do risco de liquidez prevê:

- I. Elaboração de fluxo de caixa para avaliação e monitoração da liquidez nos prazos circulante e não circulante;
- II. Modelos estatísticos para estimar saídas imprevistas no fluxo de caixa como antecipação de resgate de CDB, pagamentos de ajustes de derivativos e depósitos adicionais de garantia na B3;
- III. Testes de estresse para monitorar a saúde financeira em cenários adversos de liquidez.

Eventos que indiquem capacidade de liquidez inadequada às obrigações futuras da instituição são reportados tempestivamente para tomada de ações corretivas e preventivas.

Os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados, são apresentados abaixo:

Fluxos Futuros não Descontados

Ativos Financeiros	31/12/2022				
	0 a 30 dias	31 a 365 dias	366 a 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Disponibilidades	11.009	-	-	-	11.009
Aplicações em Instituições Financeiras	1.500.747	3.124	1.597	-	1.505.467
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	1.500.747	-	-	-	1.500.747
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	3.124	1.597	-	4.721
Títulos e Valores Mobiliários	-	343.669	1.615.796	3.297.713	5.257.177
Títulos Públicos	-	343.669	1.615.796	3.193.065	5.152.529
Cotas de Fundos	-	-	-	104.648	104.648
Operações de Crédito e Arrendamento	2.735.113	7.700.538	717.247	679.914	11.832.812
Créditos em Moeda Nacional	1.126.263	3.588.008	120.285	-	4.834.557
Créditos em Moeda Estrangeira	1.323.311	3.227.075	340.419	-	4.890.805
Operações de Varejo	22.484	255.412	256.543	679.914	1.214.352
Crédito Rural	27.075	529.247	-	-	556.321
Operações de Leasing	57.929	96.101	-	-	154.030
Créditos 2.921	178.052	4.695	-	-	182.746
Total	4.246.869	8.047.330	2.334.639	3.977.627	18.606.465

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Passivos Financeiros	0 a 30 dias	31 a 365 dias	366 a 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Depósitos	707.608	3.271.458	1.052.592	178.925	5.210.584
Depósitos à Vista	73.538	-	-	-	73.538
Depósitos de Poupança	-	2.318	-	-	2.318
Depósitos a Prazo	634.070	2.756.503	1.052.592	178.925	4.622.091
Depósitos Interfinanceiros	-	512.636	-	-	512.636
Captações no Mercado Aberto	3.756.879	-	-	-	3.756.879
Títulos Públicos	3.756.879	-	-	-	3.756.879
Obrigações por Empréstimos e Repasses	740.616	3.578.398	-	-	4.319.014
Dívidas Subordinadas	-	365.239	-	521.770	887.009
Captação 2.921	188.921	2.321	-	-	191.243
Total	5.205.103	6.849.856	1.052.592	178.925	13.286.477
Gap de liquidez	(1.147.156)	829.913	1.282.047	3.276.932	4.241.736

A informação acima foi elaborada com base nos vencimentos nominais dos ativos e passivos financeiros do CCB Brasil, contudo, o Consolidado contém títulos e valores mobiliários classificados na categoria Ativos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes no montante de R\$ 3.286.700 (R\$ 2.048.012 em 2021), cujo vencimento é superior a um ano, que representam investimentos de elevada liquidez em títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional.

Por sua vez, parte dos passivos financeiros, são empréstimos efetuados junto à matriz na China no valor total de R\$ 4.197.999 (R\$ 3.602.285 em 2021), com vencimento inferior a um ano, que vem sendo sistematicamente renovados.

	31/12/2022		
	Liquidez Nominal	Reclassificação por liquidez efetiva	Liquidez ajustada
Ativo Circulante	8.550.308	3.286.700	11.837.008
Passivo Circulante	(14.059.565)	4.197.999	(9.861.566)
Saldo Líquido	(5.509.257)	7.484.699	1.975.442

	31/12/2021		
	Liquidez Nominal	Reclassificação por liquidez efetiva	Liquidez ajustada
Ativo Circulante	9.535.422	2.048.012	11.583.434
Passivo Circulante	(12.838.917)	3.602.285	(9.236.632)
Saldo Líquido	(3.303.495)	5.650.297	2.346.802

Análise de sensibilidade

O CCB Brasil conduziu análise de sensibilidade utilizando cenário de 10% de valorizações ou desvalorizações cambiais, taxas de juros e ações (Cenário I), 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III). É necessária a divulgação de quadro

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado relevante, originado por instrumentos financeiros, que expõem a Instituição na data de encerramento de cada período. Para sua elaboração identificou-se os tipos de risco que poderiam gerar prejuízos materiais, incluídas as operações com instrumentos financeiros derivativos em um cenário mais provável, além de 2 (dois) cenários que pudessem gerar resultados adversos para a Instituição. Na definição dos cenários, a situação considerada provável pela Administração foi referenciada por fonte externa independente: B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e uma situação, com deterioração ou valorização de 25% e 50% na variável de risco considerada.

Apresentamos no quadro de análise de sensibilidade o conjunto de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, que o CCB Brasil possui com o intuito de administrar sua exposição a riscos de mercado e que visa protegê-lo, especialmente em períodos de quebra dos padrões históricos. Essa avaliação é sistematicamente realizada pela área de gestão de riscos e avaliada pelo Comitê de Riscos e Comitê de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO), que se reúne e define um conjunto de cenários em ambiente de crise. Entende-se por cenário, neste contexto, uma determinada combinação de preços e taxas de juros. A elaboração do quadro seguiu o seguinte procedimento:

- (i) Calculou-se, em cada um dos cenários, os valores da carteira de negociação (Trading Book) e das operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da instituição e seus respectivos hedges (Banking Book);
- (ii) Para cada um dos fatores de risco, escolheu-se a direção que trouxesse a maior perda e, sobre ele, aplicado aumento ou redução definidos;
- (iii) Por fim, obtiveram-se os resultados das perdas, correspondentes ao cenário hipotético correspondente.

Os cenários a seguir, não necessariamente refletem a gestão de riscos de mercado da Instituição e tampouco estão associados às políticas contábeis. Os modelos de estresse podem representar situações extremas e distantes do cotidiano.

Abaixo o resumo das premissas para cada um dos cenários.

Escolheu-se para cada fator de risco de cada carteira o sentido (acréscimo ou decréscimo) que maximiza a perda. Foram mantidos deslocamentos paralelos das curvas, ou seja, um deslocamento de + 1.000 basis points significa que em toda a curva futura houve um acréscimo de 10% às taxas vigentes.

Para cada cenário, é mensurada a perda esperada da carteira em relação à posição marcada a mercado.

Abaixo, a descrição dos cenários:

Cenário 1: Situação de menor oscilação. Premissas utilizadas: choque paralelo de 10% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31 de dezembro de 2022, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário 2: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31 de dezembro de 2022, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Cenário 3: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31 de dezembro de 2022, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Os cenários adotados para as Carteiras banking e trading encontram-se na tabela a seguir, que também reflete deterioração das expectativas macroeconômicas no sentido que maximiza a perda para cada fator de risco desta carteira. Para isso, as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo de queda das curvas de cupom cambial, o câmbio sofre decréscimo, a bolsa brasileira cai, e a inflação tem tendência de alta, o que tem reflexo nos indicadores e contratos indexados.

Carteira Banking – premissas para fatores de risco

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Curva de Juros (Pré)	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
Curva de Cupom Cambial	deslocamento paralelo de - 1.000 basis points	deslocamento paralelo de - 2.500 basis points	deslocamento paralelo de - 5.000 basis points
Dólar à Vista	aumento de 10%	aumento de 25%	aumento de 50%
B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão	queda de 10%	queda de 25%	queda de 50%
Inflação	alta de 10%	alta de 25%	alta de 50%

Os resultados das perdas calculadas nos cenários expostos sintetizam as perdas advindas de oscilações de mercado por fator de risco, gerados pelos sistemas do CCB Brasil e calculados para a carteira Banking. Essas perdas estão no quadro a seguir:

Carteira Banking – resultados para os fatores de risco em 31/12/2022

Fatores de risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Dólar e Cupom de Dólar	(20.252)	(51.707)	(107.381)
Taxa Prefixada em Reais	(17.213)	(42.883)	(85.220)
Perda Total	(37.465)	(94.590)	(192.601)

Carteira Trading – resultados para os fatores de risco em 31/12/2022

Fatores de risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Dólar e Cupom de Dólar	(20)	(66)	(173)
Taxa Prefixada em Reais	(160)	(388)	(762)
Perda Total	(180)	(454)	(935)

Os fatores de riscos apresentados são os seguintes:

- Cupom de US\$ - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar norte americano e da taxa de juros em dólares.

- Taxa pré-fixada em real – Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros denominada em Real.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

- Ações e Índices – Compreende as ações e os índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações.
- Inflação – Refere-se a todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.

O Quadro de Análise de Sensibilidade tem limitações e o impacto econômico em uma eventual oscilação de taxa de juros poderá não representar necessariamente um lucro ou prejuízo contábil material para a Instituição. A combinação específica de preços que determina cada cenário é uma decisão arbitrária, embora possível. Os sinais das correlações históricas entre os ativos não foram necessariamente respeitados, e tampouco os cenários escolhidos foram observados no passado.

A contabilização dos instrumentos da carteira “Banking”, em sua grande maioria, é efetuada pela curva contratada, que diferem dos instrumentos financeiros derivativos da carteira “Trading” que sofrem oscilações no respectivo registro contábil em razão da marcação a mercado.

Os resultados apresentados no quadro referente a carteira banking podem, à primeira vista, dar a impressão de alta sensibilidade à volatilidade. Para uma melhor análise de resultados obtidos nesta carteira, sugere-se a avaliação dos resultados das mensurações de Delta *EVE* (*Economic Value of Equity*) e Delta *NII* (*Net Interest Income*) com a metodologia de cálculo normatizada pelo Banco Central do Brasil na Circular 3.876/18 e na Resolução BCB 54/20. Diante disto, ressalta-se que a análise de sensibilidade se trata de uma visão geral das perdas potenciais envolvidas na carteira em caso de materialização dos choques sobre os fatores de riscos estressados de forma isolada. Isto significa que a correlação e os impactos conjunturais não estão sendo considerados nesta análise.

Assim, no quadro de sensibilidade, as taxas de juros e o câmbio foram considerados não correlacionados. As limitações da análise de cenários envolvem também a marcação a mercado de todas as posições o que contradiz a determinação da Instituição em levar as operações (especialmente as de captação em moeda estrangeira) até o vencimento, o que pode induzir o leitor a erro ao julgar que as perdas apresentadas nos cenários se materializarão, mesmo que se verifiquem as oscilações previstas nos fatores de risco.

GESTÃO DE CAPITAL

A gestão de risco e suficiência de Capital do CCB Brasil adota, dentre outros, elementos básicos de análise, como o entendimento e identificação dos riscos inerentes às suas atividades consubstanciadas em política de gestão de Capital e Liquidez, avaliação da necessidade de capital para os riscos mais relevantes; desenvolvimento de metodologias para quantificação de capital adicional; plano de Capital e Contingência, e Orçamento estratégico. É realizado por meio de métricas quantitativas que incluem modelos e recomendações do Banco Central do Brasil, sob perspectivas e conceitos de Basileia III.

O acompanhamento e monitoramento deste gerenciamento é contínuo pelo Comitê de Riscos, avaliado pelo Conselho de Administração no Brasil, pela Matriz (Head Office) e regularmente reportado ao BACEN. Este arcabouço está embasado nas diretrizes impostas pela Resolução CMN nº 4557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de Riscos e de Capital e a política de divulgação de informações. Destacam-se na resolução a obrigatoriedade de criação nos bancos de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, a definição de uma Declaração de Apetite a Riscos, conhecida por RAS (“Risk Appetite Statement”), de programas de testes de estresse, a da constituição do Comitê de Riscos, dentre outras.

A tabela a seguir indica os requerimentos mínimos de capital válidos para 2022:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Requerimentos Bacen	Válido em 31/12/2022	Válido em 31/12/2021
Índice de Capital Principal	7,0%	6,5%
Índice de Capital de Nível 1	8,5%	8,0%
Índice de Basileia (PR total)	10,5%	10,0%

A Razão de Alavancagem (RA) é definida como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN nº 3.748/15. Trata-se de uma medida simples de alavancagem não sensível a risco e não leva em consideração os Fatores de Ponderação de Risco (FPR) ou mitigações consideradas no RWA. Não é requerido para bancos do Grupo S3, mas é apurado para fins de monitoramento de RAS e se constitui num bom indicador da relação capital X ativos de uma instituição.

A tabela a seguir exibe os principais indicadores de capital apurados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e atende tanto os requeridos pelo Bacen como os estabelecidos em Política de RAS para 2022 – cuja revisão é feita anualmente ou a qualquer momento em que a circunstância requeira.

Em R\$ Mil	31/12/2022	31/12/2021
Capital Nível 1	1.979.876	2.051.929
-Capital Principal	1.092.867	1.103.244
-Perpetual Bonds	887.009	948.685
Patrimônio de Referência	1.979.876	2.051.929
-RWACpad	11.020.720	10.965.365
-RWAMPad	167.968	415.104
-RWAOpad	1.332.733	1.405.146
Total RWA	12.521.421	12.785.615
-IRRBB	90.728	65.111
Índices		
Capital Principal	8,73%	8,63%
Nível 1	15,81%	16,05%
Índice de Basileia	15,81%	16,05%
IB para RWA + IRRBB	14,50%	15,09%

O artigo 12 da Resolução CMN nº 4.958/21 determina que as instituições devam manter Capital suficiente para a cobertura do risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (IRRBB), tratando-o, porém, como um requerimento adicional de capital, sem incluí-lo na definição de RWA. No CCB Brasil, o limite para IRRBB é definido em Reais (R\$) na declaração de apetite a Riscos. A revisão da metodologia de cálculo, conjugada com a redução da carteira de crédito de longo prazo, tem reduzido o consumo de capital neste item desde dezembro de 2020.

34. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Outras informações

Com relação ao julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) dos Temas 881 (Recurso Extraordinário nº 949.297) e 885 (Recurso Extraordinário nº 955.227) de repercussão geral, que resolveu, em 8 de fevereiro de 2023,

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

que decisões individuais definitivas (transitadas em julgado) perdem seus efeitos após e caso o STF decida em sentido contrário supervenientemente, confirmamos que, após revisão de decisões individuais definitivas em favor da Instituição no passado, não foi identificada exposição relevante em relação ao tema, sendo que, nenhuma provisão, segundo os preceitos do IAS 37 – Provisões, Passivos Contingente e Ativos Contingentes, foi necessária em 31 de dezembro de 2022 ou em exercícios anteriores.

b) Seguros

O Banco adota uma política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

c) Conciliação do resultado e patrimônio líquido

As Demonstrações Contábeis Individuais do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. são elaboradas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), enquanto as Demonstrações Contábeis Consolidadas são elaboradas adotando o padrão contábil internacional conforme os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Sendo assim abaixo está demonstrada a reconciliação do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. com o China Construction Bank (Brasil) Consolidado S.A. em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/20.

	Resultado		Patrimônio Líquido	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
CCB BRASIL INDIVIDUAL - BRGAAP	(21.829)	57.677	1.106.425	1.126.819
Expected Credit Losses (ECL) - Operações de Credito, e demais ativos financeiros ⁽¹⁾	(8.202)	(40.233)	(26.396)	(18.194)
Desconto Financeiro	(678)	(2.260)	(13.671)	(12.993)
Taxa Efetiva	(6.363)	(14.600)	119	6.482
Arrendamentos - IFRS 16	(2.607)	(3.739)	(14.444)	(11.837)
Operações sem retenção de riscos e benefícios	(3.992)	2.452	(33.846)	(29.854)
Hedge accounting carteira de varejo	11.822	(62.252)	(9.059)	(20.881)
Outros	(689)	(1.184)	1.292	1.981
CCB BRASIL CONSOLIDADO - IFRS	(32.538)	(64.139)	1.010.420	1.041.523

⁽¹⁾ Na adoção do IFRS 9 houve alteração no modelo de cálculo de perda incorrida (IAS 39) para perda esperada, considerando informações prospectivas. No BRGAAP é utilizado o conceito de perda esperada de acordo com a Resolução BACEN nº 2.682/99.

Conselho de Administração

Presidente: Xilai Feng

Membros do Conselho: Fanggen Liu
 Liping Shang
 Daniel Joseph McQuoid
 Heraldo Gilberto de Oliveira



中国建设银行
China Construction Bank

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Diretoria

Diretor Presidente: Liping Shang

Diretores Vice-Presidente: Yongdong Jiang
Zhiqiang Zhu

Diretores: Claudio Augusto Rotolo

Contador: Fábio José Mazzetto Said
CRC: 1SP264988/O-8

Comitê de Auditoria

Presidente e membro qualificado: Heraldo Gilberto de Oliveira

Membros do Comitê: Walter Mallas Machado de Barros
Daniel Joseph McQuoid